



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/SGAF/2026**

A Prefeitura de São José dos Campos vem tornar público para conhecimento dos interessados que realizará **LICITAÇÃO** na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/SGAF/2026**, para **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINÉIS DE MENSAGENS VARIADAS (PMV's), PARA INFORMAÇÕES DOS SERVIÇOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, EM ESPECIAL OS HORÁRIOS DE CHEGADAS E PARTIDAS DOS ÔNIBUS**, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Ordinária nº 4.805, de 18 de março de 1996, da Lei Municipal nº 4.400, de 14 de junho de 1993, do Decreto nº 10.339, de 30 de Agosto de 2001 e demais normas dos Decretos Municipais nº 19.485/2023, nº 19.483/2023, nº 19.476/2023, nº 19.425/2023, nº 19.424/2023, nº 19.268/2023, nº 19.267/2023, no que aplicável, e demais normas pertinentes (<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/gestao-administrativa-e-financas/compras-e-licitacoes/legislacao/>).

A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ocorrerá em sessão pública exclusivamente em ambiente eletrônico, na Internet, através da plataforma **BR CONECTADO**, no endereço eletrônico: <https://www.licitacaosaojosedoscamos.com.br/>, mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

**Recebimento das propostas:**

**As propostas, serão recebidas até às 08h29 do dia 02/06/2026, exclusivamente através do sistema eletrônico conforme endereço acima.**

**Abertura das propostas:**

**As propostas serão abertas às 08h30 do dia 02/06/2026.**

**Início da disputa de preços:**

**A sessão eletrônica iniciar-se-á às 08h40 do dia 02/06/2026.**

Todas as referências de tempo do EDITAL e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

A Prefeitura de São José dos Campos, com base no Chamamento Público nº 001/SEMOB/2023, realizou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), cujos estudos subsidiaram a elaboração do presente edital de licitação. Consoante às disposições



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

editais, fica estabelecido que o futuro vencedor do certame licitatório deverá arcar com o ressarcimento dos valores referentes aos estudos autorizados, conforme quantia aprovada pela Comissão Especial de Avaliação. Este ressarcimento, condição indispensável para a celebração do contrato, visa assegurar a devida compensação aos proponentes cujos estudos foram aproveitados no processo licitatório, resguardando, assim, o direito ao prestador do serviço.

## **1. DAS DEFINIÇÕES**

1.1. Para os fins do presente EDITAL e seus ANEXOS, os termos e expressões empregados em letras maiúsculas, tanto no singular quanto no plural, terão o significado atribuído no ANEXO VII – GLOSSÁRIO, sem prejuízo de outras definições estabelecidas neste documento, exceto quando o contexto não permitir tal interpretação.

## **2. DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA delegação, por meio de CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, fornecimento, instalação, manutenção e operação de Mobiliário Urbano no Município de São José dos Campos composto por PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS (PMVs), para informações dos serviços de transporte público coletivo, a serem instalados no Município de São José dos Campos, nos termos e condições do EDITAL e de seus ANEXOS.

2.1.1. A remuneração da CONCESSIONÁRIA se dará através da exclusividade da exploração publicitária nos MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO (MUPI's) e RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS (RED's), que poderão ser instalados no município de acordo com as regras estabelecidas neste EDITAL, ANEXO IA e ANEXO IB, incluindo a obtenção das aprovações, autorizações e licenças necessárias para a execução do OBJETO do CONTRATO;

2.1.2. Deverão ser instalados, no mínimo, 162 (cento e sessenta e dois) Painéis de Mensagens Variáveis para informações do serviço de transporte público coletivo, sendo 42 (quarenta e dois) de tipologia Interna e 120 (cento e vinte) de tipologia Externa.

2.1.3. Poderão ser instalados até, no máximo, 50 (cinquenta) Mobiliários Urbanos (MUPI's) para Informação e, no máximo, 50 (cinquenta) Relógios Eletrônicos Digitais (RED's), com exclusividade na exploração publicitária pela CONCESSIONÁRIA.

2.2. A execução do OBJETO da LICITAÇÃO deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, do presente EDITAL e de seus ANEXOS, bem como da documentação apresentada pela ADJUDICATÁRIA

2.3. A inexecução ou execução irregular dos encargos previstos no EDITAL e em seus ANEXOS, em desacordo com os prazos e especificações definidos, sujeitarão a CONCESSIONÁRIA às sanções previstas neste EDITAL e no CONTRATO.

2.4. A assunção dos SERVIÇOS se dará na DATA DA ORDEM DE SERVIÇO, nos termos previstos no EDITAL e no CONTRATO;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

2.5. O Concessionário será responsável pela conservação e operação dos MOBILIÁRIOS URBANOS DA CONCESSÃO, durante toda a vigência do CONTRATO;

2.5.1. Pelo fornecimento dos bens e serviços necessários ao cumprimento das obrigações do CONTRATO; e

2.5.2. Pela manutenção preventiva e corretiva dos BENS DA CONCESSÃO, de modo a mantê-los em plena operação e capacidade para o cumprimento das obrigações constantes do CONTRATO.

2.6. As especificações das obrigações acima mencionadas encontram-se detalhadas nos ANEXOS II ao VI deste Edital.

2.7. Estão vinculados à futura contratação OBJETO deste EDITAL, independentemente de transcrição, o EDITAL da LICITAÇÃO, a proposta declarada vencedora e os ANEXOS dos documentos supracitados.

### **3. DAS INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**

3.1. Os LICITANTES são responsáveis pela obtenção de todos os dados e informações sobre a exploração da CONCESSÃO.

3.2. A remuneração da CONCESSIONÁRIA se dará através da exclusividade da exploração publicitária nos MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO (MUPI's) e RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS (RED's), que poderão ser instalados no município de acordo com as regras estabelecidas neste EDITAL e ANEXOS IA, IB e IC.

3.3. Com exceção das obrigações previstas no CONTRATO e seus SUBANEXOS, as informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados à CONCESSÃO e disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE no endereço eletrônico: [https://servicos.sjc.sp.gov.br/portal\\_da\\_transparencia/editais-chamamento/editais.aspx?secretaria=11](https://servicos.sjc.sp.gov.br/portal_da_transparencia/editais-chamamento/editais.aspx?secretaria=11) têm caráter meramente indicativo e não vinculante, cabendo aos interessados o exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações técnicas e regulamentações aplicáveis à CONCESSÃO, bem como pela identificação da condição atual dos bens vinculados à CONCESSÃO e demais estruturas físicas, responsabilizando-se, ainda, pelos custos e despesas referentes às providências necessárias à elaboração de suas PROPOSTAS COMERCIAIS e à participação na LICITAÇÃO.

3.4. Além dos ANEXOS especificados no item 3.1., o Plano de Negócios Referencial da CONCESSÃO encontra-se disponível para consulta no Portal da PSJC <https://servicos.sjc.sp.gov.br/sa/licitacoes/index.aspx>, bem como versão simplificada da modelagem econômico-financeira que o sustenta. Esses documentos não são vinculantes ao EDITAL da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

3.5. Fica estabelecido que o futuro vencedor do certame licitatório deverá arcar com o ressarcimento dos valores referentes aos estudos autorizados, conforme quantia aprovada pela Comissão Especial de Avaliação. Este ressarcimento, condição indispensável para a celebração do contrato, visa assegurar a devida compensação aos proponentes cujos



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

estudos foram aproveitados no processo licitatório, resguardando, assim, o direito ao prestador do serviço.

3.6. O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza pela autenticidade do teor do EDITAL e seus ANEXOS obtidos ou conhecidos de forma ou em locais distintos dos previstos no comunicado publicado no DOM.

3.7. A obtenção do instrumento convocatório não é requisito para a participação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, a qual implica, porém, a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições deste EDITAL e seus ANEXOS, bem como das demais normas a ele aplicáveis.

3.8. Os LICITANTES são responsáveis pela obtenção de todos os dados e informações pertinentes à exploração do OBJETO da CONCESSÃO, inclusive em relação às necessidades técnicas de cada ponto de instalação referenciados no ANEXO I C – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

3.9. Para fins da presente LICITAÇÃO, em caso de divergência entre os ANEXOS e o EDITAL, prevalecerá o disposto no EDITAL, excetuadas as divergências entre o EDITAL e o CONTRATO, quando prevalecerá o disposto no CONTRATO.

3.10. As definições do EDITAL serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural, exceto quando o contexto não permitir tal interpretação.

3.11. No caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerá aquele de data mais recente.

3.12. No caso de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.

3.13. O EDITAL e seus ANEXOS, bem como todos os documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, são partes integrantes do CONTRATO.

#### **4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

4.1. Para a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o critério de seleção da proposta mais vantajosa será o de MAIOR OFERTA – MAIOR VALOR DE OUTORGA PROPOSTA A SER PAGA AO PODER CONCEDENTE.

#### **5. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, RECEITAS ALTERNATIVAS, OUTORGA E DEMAIS PAGAMENTOS**

5.1. O valor estimado do contrato é de R\$ 53.888.356,72 (cinquenta e três milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), que corresponde ao orçamento estimado pelo PODER CONCEDENTE para a soma dos investimentos de capital para a produção e instalação dos PAINÉIS DE MENSAGENS VARIÁVEIS, dos MOBILIÁRIOS URBANOS PARA INFORMAÇÃO e dos RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS, bem como as despesas associadas à operação, conservação e manutenção dos referidos equipamentos, durante todo o período do futuro CONTRATO.

5.2. O valor do CONTRATO será reajustado anualmente, após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado do PODER



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

CONCEDENTE, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou, em caso de sua extinção, por outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo disposição diversa e cogente de lei federal.

5.3. A remuneração da CONCESSIONÁRIA consistirá na exploração publicitária exclusiva dos PMVs Internos, bem como dos MUPIs e REDs dentro do Município de São José dos Campos, sendo essa a fonte principal de receita.

5.4. O valor indicado no item 5.1. tem efeito meramente referencial e não poderá ser utilizado por nenhuma das PARTES para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou mesmo como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins, ressalvando sua aplicação como parâmetro para cálculo da GARANTIA DE EXECUÇÃO e de penalidades.

#### **RECEITAS ALTERNATIVAS**

5.5. Todas as receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA pela execução do objeto contratual e não advindas da exploração publicitária, previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, dos PMVs, MUPIs e REDs serão consideradas como fontes de receitas alternativas e sua exploração deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

5.6. Juntamente com a autorização de exploração a que se refere o item 5.5., o PODER CONCEDENTE expedirá regulamento específico em que deverão constar, no mínimo, a forma e o prazo da exploração autorizada, o exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE e os direitos e garantias específicos dos usuários.

5.6.1. Na regulamentação de que trata o item 5.6., o PODER CONCEDENTE poderá determinar o pagamento de valor de OUTORGA adicional mensal correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) da receita bruta mensal estimada decorrente da exploração da respectiva fonte de RECEITA ALTERNATIVA.

#### **OUTORGA E DEMAIS PAGAMENTOS PELA CONCESSIONÁRIA**

5.7. A CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE o valor consignado na sua PROPOSTA COMERCIAL a título de OUTORGA fixa, cujo valor mínimo proposto não poderá ser inferior a R\$ 80.434,25 (oitenta mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos), sendo 100% (cem por cento) do valor consignado na PROPOSTA COMERCIAL quitado em única parcela, em até 15 (quinze) dias da assinatura do CONTRATO, como condição para emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

5.8. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo o PODER CONCEDENTE indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

5.9. Em caso de pagamento em valor inferior ao valor da OUTORGA indicado será caracterizado o inadimplemento do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE, para fins do acionamento da GARANTIA DA CONTRAPRESTAÇÃO, nos termos do disposto no CONTRATO.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

5.10. Sobre o pagamento realizado após a respectiva data de vencimento, incidirão os encargos de multa moratória de 2% (dois por cento) e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, conforme previsão contratual.

5.11. O valor referente à outorga e aos demais pagamentos será reajustado anualmente pelo IPCA/IBGE, ou por outro que o substitua, devendo ser considerado como termo inicial a data do orçamento estimado, de 23.06.2026, ficando a aplicação suspensa até o décimo segundo mês após essa data.

5.12. O RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS DE PMI será realizado conforme o disposto no item 25.7.1 deste Edital.

## **6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E METAS**

6.1. O prazo da CONCESSÃO será de 10 (dez) anos, contados da DATA DA ORDEM DE SERVIÇO, prorrogável por até igual período, desde que comprovada a economicidade da prorrogação.

6.2. As metas para o fiel cumprimento do objeto da CONCESSÃO estão determinadas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

6.3. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade constantes do EDITAL e seus ANEXOS, além dos demais compromissos assumidos pelo LICITANTE por meio de sua PROPOSTA COMERCIAL.

6.4. A ORDEM DE SERVIÇO em até 30 (trinta) dias contados da publicação do extrato do CONTRATO no DOM, após aprovação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO e do PLANO DE MANUTENÇÃO, em prazo condizente com esta data, considerando o prazo de 15 (quinze) dias necessários para avaliação dos PLANOS enviados pela CONCESSIONÁRIA.

6.5. O prazo máximo para a conclusão da instalação e início da operação de todos os equipamentos (PMV's, MUPI's e RED's), será de até 18 (dezoito) meses contados a partir da data DA ORDEM DE SERVIÇO.

6.6. A instalação dos MUPI's e RED's somente poderá ocorrer após a implementação de quantitativo mínimo dos PMV's, respeitando-se a proporção de 03 (três) PMV's instalados para que haja o direito de instalação de 02 (dois) MUPI's ou RED's. Qualquer exceção a essa regra dependerá de autorização expressa do PODER CONCEDENTE.

6.7. Como condição para o recebimento da Ordem de Serviço, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar o PLANO DE IMPLANTAÇÃO e o PLANO DE MANUTENÇÃO ao PODER CONCEDENTE em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação do extrato do CONTRATO;

6.8. O PODER CONCEDENTE terá até 15 (quinze) dias para aprová-los ou, motivadamente, solicitar ajustes;

6.9. Em caso de ajustes a CONCESSIONÁRIA disporá do prazo de até 10 (dez) dias contados da solicitação feita pelo PODER CONCEDENTE para reapresentar os PLANOS;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

6.10. O PODER CONCEDENTE, manifestar-se-á em até 5 (cinco) dias sobre a aprovação final do plano.

6.11. Além dos prazos dispostos neste Item 6, a CONCESSIONÁRIA deverá respeitar todos os prazos intermediários determinados em seu PLANO DE IMPLANTAÇÃO, elaborado conforme as diretrizes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

## **7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

7.1. Poderão participar desta LICITAÇÃO as sociedades empresariais, os fundos de investimento, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e outras pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou em CONSÓRCIO, cuja natureza e objeto sejam compatíveis com sua participação na LICITAÇÃO, desde que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL e da Legislação em vigor.

7.2. Os interessados deverão, além de atender as demais exigências constantes neste EDITAL e seus ANEXOS, estar devidamente credenciados e de posse de sua senha pessoal e intransferível, obtida após os procedimentos descritos no item 11 deste EDITAL.

7.3. Não poderão participar da LICITAÇÃO, isoladamente ou em CONSÓRCIO, pessoas jurídicas:

7.3.1. Que se encontrem com falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País;

7.3.2. Aquele que não atenda às condições deste EDITAL e seu(s) ANEXOS;

7.3.3. O LICITANTE que se enquadrar em quaisquer das previsões contidas no artigo 14, incisos I ao VI, da Lei nº 14.133/2021;

7.3.4. Na forma de cooperativas, tendo em vista que a natureza dos serviços a serem prestados, especialmente a manutenção contínua e a operação dos painéis e mobiliários urbanos, exige relação de subordinação jurídica e pessoalidade, sendo incompatível com o trabalho cooperado regido pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

7.3.5. Que estejam suspensas e/ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, nas esferas estadual, federal ou municipal em razão de desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011;

7.3.6. Que tenham sido condenadas, por decisão administrativa ou decisão judicial transitada em julgado, em razão da prática de atos lesivos à Administração Pública Nacional, direta ou indireta, nas esferas federal, estadual e municipal ou por atos lesivos à Administração Pública estrangeira, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1 de agosto de 2013;

7.3.7. Em que o sócio ou a pessoa jurídica tenham sido proibidas de contratar com a Administração Pública em razão da condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

7.3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da LICITAÇÃO ou da execução do CONTRATO agente público do PODER CONCEDENTE, extensivo a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

7.3.9. A critério do PODER CONCEDENTE e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do artigo 14, da Lei nº 14.133/2021 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da LICITAÇÃO ou de gestão do CONTRATO, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

7.3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo GRUPO ECONÔMICO.

7.4. Na hipótese de participação de empresas estrangeiras, observar-se-ão as seguintes normas:

7.4.1. O LICITANTE pessoa jurídica estrangeira deve apresentar, tanto para a participação isolada quanto em CONSÓRCIO, os documentos equivalentes aos documentos para a habilitação, autenticados pelos respectivos consulados ou traduzidos por tradutor juramentado nos termos do §4º do Art. 67 da lei nº 14.133/2021, combinado com os arts. 15 e 192 do Código de Processo Civil;

7.4.2. As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/2016, poderão substituir a necessidade de autenticação pelo consulado, referida no item 7.4.1 acima, pela aposição da apostila de que tratam os artigos 3º e 4º da referida Convenção.

7.4.3. A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado.

7.4.4. Os LICITANTES estarão dispensados da apresentação de tradução juramentada da documentação nos casos em que os documentos, mesmo redigidos no exterior, tiverem sido produzidos na língua portuguesa, ainda que em formato bicolunado, com outro idioma ao lado.

7.4.5. A apostila de que trata o item 7.4.2. poderá ser dispensada caso se trate de documento original, sendo necessária na eventualidade de haver aposição das credenciais do notário ou agente responsável pelo reconhecimento de firma.

7.4.6. O LICITANTE pessoa jurídica estrangeira deve apresentar declaração, certificando a correlação entre os documentos administrativos legais e suas validades, normalmente exigidos em licitações no Brasil e os correspondentes no país de origem.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

7.4.7. Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste EDITAL ou de órgão(s) no país de origem que os autentique(m), deverá ser apresentada declaração, informando tal fato, por parte do LICITANTE.

7.4.8. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade, exigibilidade e eficácia.

7.4.9. Considera-se Representante Legal do LICITANTE pessoa jurídica estrangeira a pessoa legalmente credenciada, com poderes expressos, mediante procuração por instrumento público ou particular, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representá-la em todas as fases do processo, condições essas que deverão estar expressamente indicadas em seus DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO jurídica.

7.4.10. Os LICITANTES estrangeiros responderão civil, administrativa e penalmente pela veracidade das declarações acima referidas.

7.4.11. As sociedades ou entidades estrangeiras que não funcionam no Brasil deverão apresentar declaração de que, para participar da presente LICITAÇÃO, submeter-se-ão à legislação da República Federativa do Brasil, inclusive às disposições do artigo 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **8. DOS CONSÓRCIOS**

8.1. Será permitida a participação de empresas em regime de CONSÓRCIO, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como ao art. 19 da Lei Federal nº 8.987/1995 e suas alterações, e aquelas estabelecidas neste EDITAL.

8.1.1. A empresa CONSORCIADA fica impedida de participar isoladamente desta LICITAÇÃO, assim como de integrar mais de um CONSÓRCIO.

8.1.2. Na formação e organização dos CONSÓRCIOS, as Proponentes deverão observar o disposto no item 7.1.

8.1.3. Cada CONSORCIADA deverá atender individualmente às exigências relativas à apresentação das declarações, regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, no que couber, prevista no EDITAL.

8.1.4. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer das CONSORCIADAS isoladamente, ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelas CONSORCIADAS, observado o disposto neste EDITAL.

8.1.5. A desclassificação ou inabilitação de qualquer CONSORCIADA acarretará a automática desclassificação ou inabilitação do CONSÓRCIO.

8.1.6. O CONSÓRCIO poderá ser formado exclusivamente por sociedades e entidades estrangeiras, sem a participação de entes nacionais.

8.1.7. Caso seja exigida garantia da execução, poderá ser apresentada, em nome do CONSÓRCIO, por qualquer uma das CONSORCIADAS.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

8.1.8. Juntamente com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO previstos no item 21 deste EDITAL, o LICITANTE deverá entregar o **termo de compromisso de constituição de Consórcio**, por instrumento público ou particular, subscrito pelas CONSORCIADAS por meio de seus representantes legais, contendo, no mínimo:

- a. denominação do CONSÓRCIO;
- b. objetivo do CONSÓRCIO, que deverá ser exclusivamente o de participação da LICITAÇÃO;
- c. qualificação das CONSORCIADAS;
- d. composição do CONSÓRCIO com o percentual de participação das empresas integrantes;
- e. declaração expressa, vigente entre a data de entrega das propostas e a data de assinatura do CONTRATO, de que as CONSORCIADAS assumem responsabilidade solidária perante o PODER CONCEDENTE, nos termos do art. 19 da Lei nº 8.987/1995, no tocante ao OBJETO desta LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas;
- f. indicação da CONSORCIADA líder, a quem deverão ser outorgados expressamente poderes para a realização dos atos que caibam ao CONSÓRCIO durante a LICITAÇÃO até a assinatura do CONTRATO, tais como receber citação e responder administrativa e judicialmente por todos os atos praticados pelo CONSÓRCIO, apresentar comunicações, assinar declarações e outros documentos, ofertar proposta, concordar com condições, transigir, recorrer e desistir de recurso e celebrar CONTRATOS;
- g. obrigação quanto à futura constituição da SPE, que deverá refletir a participação de cada CONSORCIADA na composição acionária da SPE.

8.1.9. A responsabilidade solidária dos membros do CONSÓRCIO cessará:

- a. no caso de o CONSÓRCIO ter sido vencedor, após a constituição da SPE e assinatura do CONTRATO; e
- b. no caso de o CONSÓRCIO não ter sido vencedor, ao final do procedimento licitatório.

8.1.10. Antes da celebração do CONTRATO, o LICITANTE vencedor é obrigado a promover a constituição e o registro da SPE, nos termos do item 24 do EDITAL.

8.1.11. Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão das CONSORCIADAS do CONSÓRCIO ou da SPE até a data de assinatura do CONTRATO, a partir da qual deverão ser observadas as regras de transferência da CONCESSÃO e de transferência do CONTROLE do CONCESSIONÁRIO previstas no CONTRATO.

8.1.12. Não há, para fins da presente LICITAÇÃO, número mínimo ou máximo de CONSORCIADAS para cada CONSÓRCIO.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

8.1.13. Deverá ser apresentado, em conjunto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, o competente termo de compromisso de constituição de SPE, subscrito por todos os CONSORCIADOS;

8.1.14. Não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE como CONSORCIADO em mais de um CONSÓRCIO, ou individualmente em mais de uma PROPOSTA COMERCIAL;

8.1.15. Somente se admitirá a participação de sociedades CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou sob CONTROLE comum de um mesmo PROPONENTE, quando estiverem no mesmo CONSÓRCIO.

## **9. DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA**

9.1. Para os fundos de investimento e entidades de previdência, serão aplicáveis as seguintes regras:

- a. as entidades administradora e gestora dos fundos, ou qualquer outra que exerça influência relevante, serão consideradas como LICITANTES para a aplicação das condições e vedações de participação previstas no presente EDITAL; e
- b. os quotistas que tiverem participação igual ou superior a 20% (vinte por cento) no fundo de investimento serão considerados como LICITANTES para a aplicação dos limites de participação previstos no presente EDITAL.

## **10. DA DOCUMENTAÇÃO DOS LICITANTES ESTRANGEIRAS**

10.1. Os LICITANTES estrangeiros, que não possuam autorização para funcionar no Brasil e para participar da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável, deverão ser representadas por pessoa legalmente credenciada e domiciliada no Brasil, com poderes expressos, outorgados mediante procuração por instrumento público ou particular, nos termos previstos pelo item 7.4.9 e observadas as regras para apresentação de documentos por LICITANTES estrangeiros, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representá-la em todas as fases do processo, condições essas que deverão estar expressamente indicadas nos documentos apresentados.

10.2. Os documentos dos LICITANTES estrangeiros serão apresentados da seguinte forma:

10.2.1. As Propostas de Preço, assim como todas as correspondências, informações e comunicações relativas aos procedimentos da LICITAÇÃO deverão estar redigidos na Língua Portuguesa do Brasil, idioma oficial desta LICITAÇÃO, e ter os valores expressos em moeda nacional (Real);

10.2.2. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do País de origem, autenticados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem ou, na hipótese do subitem 10.2.1, devidamente apostilados, ou acompanhados da respectiva tradução para a Língua Portuguesa realizada por tradutor



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil, salvo quando se tratar de catálogos, publicações, manuais, informes técnicos e similares.

10.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de origem estrangeira apresentados em outras línguas não acompanhados da respectiva tradução juramentada para a Língua Portuguesa do Brasil não serão considerados para efeito de avaliação e julgamento.

10.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de origem estrangeira, redigidos em idioma português, serão dispensados da tradução juramentada, sem prejuízo da necessidade de observância das demais exigências previstas no item 10.1.

10.4.1. Suscitada, por qualquer dos LICITANTES, divergência material entre documento no idioma original e sua tradução, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá proceder às diligências necessárias à aferição do efetivo teor do documento, sendo desclassificado o LICITANTE que, comprovadamente, houver apresentado tradução divergente a fim de dela se beneficiar, sem prejuízo da aplicação das sanções cíveis, penais e administrativas competentes.

10.4.2. Constatada divergência entre documento no idioma original e a tradução, identificada pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO mediante diligências, ou mediante apreciação de eventual recurso, prevalecerá o texto original.

## **11. DO CADASTRO PRÉVIO DOS LICITANTES**

11.1. A participação na presente CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA por meio eletrônico dar-se-á mediante realização de sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema Portal de Compras, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitacaoSaoJoseDosCampos.com.br>

11.2. Os interessados deverão acessar o Portal de Compras da Prefeitura de São José dos Campos para, na plataforma da BR CONECTADO, se cadastrar previamente como LICITANTE; inscrição que deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores ao horário fixado neste EDITAL para o recebimento das propostas.

11.2.1. No caso de CONSÓRCIO, o cadastro na plataforma deverá ser efetuado pela empresa líder.

11.2.2. Havendo necessidade de contato com a BR CONECTADO para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma, realizar contato via telefone: 55 (81) 3877-1397 e/ou e-mails: [comercial@brconectado.com.br](mailto:comercial@brconectado.com.br), [boletos@brconectado.com.br](mailto:boletos@brconectado.com.br).

11.3. Para obter acesso aos serviços do Portal de Compras da Prefeitura de São José dos Campos:

11.3.1. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do LICITANTE que pagará à BR CONECTADO, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela de preços com valores por plano de acesso, informados na página do cadastro do fornecedor;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

11.3.2. Deverão ser preenchidas as informações dos campos para a identificação da Pessoa Jurídica com os respectivos dados, fornecida a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento acompanhado dos seguintes documentos:

**a.** Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

**b.** Demais documentos exigíveis pelo Portal de Compras / BR CONECTADO.

11.4. O acesso do LICITANTE à CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, para efeito de encaminhamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO nos termos do item 21.2 deste EDITAL, encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do LICITANTE, somente se dará mediante prévia definição de login e senha privativa pela BR CONECTADO.

11.5. O LICITANTE responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da LICITAÇÃO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

11.5.1. O credenciamento do LICITANTE e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

11.6. Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

11.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta, conforme a natureza da exigência.

11.8. Ao enviar PROPOSTA INICIAL o LICITANTE estará declarando que conhece e concorda com todas as regras do EDITAL, bem como todos os requisitos de habilitação e que até a data de apresentação da PROPOSTA INICIAL inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, declara também, que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, inciso XXXIII, da CF).

11.8.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o LICITANTE às sanções previstas em lei.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

11.9. Para maiores informações sobre a utilização do sistema eletrônico utilizado BR CONECTADO, os interessados podem obter a “Cartilha para Fornecedores” no site <https://www.licitacaosaojosedoscamos.com.br/>, clicando em “DOWNLOAD: GUIA DO LICITANTE”, ou entrar em contato com o suporte técnico ao uso da plataforma do BR CONECTADO através do telefone: 55 (81) 3877-1397.

## **12. DAS RECEITAS ALTERNATIVAS**

12.1. Todas as receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA pela execução do objeto contratual e não advindas da exploração publicitária, previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, dos PMVs, MUPIs e REDs serão consideradas como fontes de receitas alternativas e sua exploração deverá ser previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

12.2. Juntamente à autorização de exploração a que se refere o item 5.5., o PODER CONCEDENTE expedirá regulamento específico em que deverão constar, no mínimo, a forma e o prazo da exploração autorizada, o exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE e os direitos e garantias específicos dos usuários.

12.3. Na regulamentação de que trata o item 5.6., o PODER CONCEDENTE poderá determinar o pagamento de valor de OUTORGA adicional mensal correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) da receita bruta mensal estimada decorrente da exploração da respectiva fonte de RECEITA ALTERNATIVA.

## **13. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

13.1. Considerando que a presente licitação tem por objeto a concessão remunerada de uso de bem público, da qual resulta receita para a Administração Pública e não despesa, informa-se que o certame prescinde de indicação de dotação orçamentária, nos termos da legislação financeira vigente.

## **14. DAS INSTRUÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

14.1. O EDITAL da presente LICITAÇÃO poderá ser obtido pelo interessado pela Internet, diretamente nos seguintes endereços eletrônicos: <https://www.licitacaosaojosedoscamos.com.br/> e <https://servicos.sjc.sp.gov.br/sa/licitacoes/index.aspx>.

14.2. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o ato convocatório da CONCORRÊNCIA na forma eletrônica.

14.2.1.A Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças de São José dos Campos responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do EDITAL e dos ANEXOS.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

14.3. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente EDITAL deverão ser enviadas pelo sistema: <https://www.licitacaoSaoJoseDosCampos.com.br/> ou através do e-mail [drmcd@sjc.sp.gov.br](mailto:drmcd@sjc.sp.gov.br).

14.3.1. As respostas serão divulgadas nos sites <https://www.licitacaoSaoJoseDosCampos.com.br/> e [www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br), cabendo aos LICITANTES a obrigação de verificar o mesmo antes de apresentarem suas propostas.

14.3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame, com comunicação aos LICITANTES através de publicação nos mesmos termos verificados no EDITAL, exceto se tal acolhimento não ensejar alteração ou prejuízo à formação das propostas.

14.5. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao EDITAL, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

14.6. Contato: Departamento de Planejamento e Gestão de Recursos da Prefeitura de São José dos Campos, situado à Rua José de Alencar nº 123 - 1º andar - Sala 03 - Paço Municipal, no horário compreendido entre 8h15 e 16h30. Telefones: 55 (12) 3947-8250 / 3947-8561.

## **15. DA VISITA TÉCNICA**

15.1. **VISITA SEM AGENDAMENTO**: Declaração do licitante de que vistoriou os LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (ANEXO IC) e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.2. Independentemente da realização de visita técnica, o LICITANTE deverá apresentar declaração quanto ao perfeito conhecimento dos locais de instalação, objeto da CONCESSÃO, nos termos do ANEXO I C – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

## **16. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS**

16.1. Na presente CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances, e de julgamento.

16.2. Os LICITANTES deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema a PROPOSTA INICIAL até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

16.2.1. Na proposta ofertada deverá estar expresso o **VALOR DE PROPOSTA A SER PAGA AO PODER CONCEDENTE** a título de **OUTORGA**, em real (R\$), com no máximo 2 (duas) casas decimais.

16.2.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

16.3. O LICITANTE deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

16.3.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

16.3.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

16.3.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.4. A falsidade das declarações de que trata o item 16.3 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, e neste EDITAL.

16.5. Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

16.6. Caberá ao LICITANTE interessado em participar da LICITAÇÃO acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo PODER CONCEDENTE ou de sua desconexão.

16.7. O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

16.8. A PROPOSTA ADEQUADA enviada após o término da etapa competitiva conforme item 19.2 do EDITAL prevalecerá sobre a PROPOSTA INICIAL descrita no item 16.2.

16.9. O encaminhamento da proposta pressupõe que o preço proposto considerou todos os custos diretos e indiretos decorrentes ou de qualquer outra forma relacionadas com a perfeita e integral execução do OBJETO contratual, bem como o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

16.9.1. O LICITANTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da LICITAÇÃO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

16.9.2. Os preços ofertados, tanto na PROPOSTA INICIAL, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do LICITANTE, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

16.9.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o EDITAL e seus ANEXOS, assumindo o proponente o compromisso de executar o OBJETO licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

16.9.4. Caberá a cada LICITANTE realizar, por conta própria e risco, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para embasar a apresentação das PROPOSTAS DE PREÇO.

16.10. No preenchimento da PROPOSTA INICIAL, que deverá ser encaminhada conforme o item 16.2, o LICITANTE não poderá se identificar, sob pena de ter sua proposta desclassificada.

16.11. O preço proposto deverá ter por base, dentre outros:

- a. Todos os INVESTIMENTOS, serviços, tributos, custos e despesas necessários para a execução do OBJETO;
- b. Os riscos elencados no item 27.7. ALOCAÇÃO DE RISCOS a serem assumidos pelo CONCESSIONÁRIO em virtude da execução dos serviços OBJETO;
- c. O PRAZO DA CONCESSÃO, que será de 10 (dez) anos;
- d. A reversibilidade dos bens da SPE, observadas as condições fixadas no CONTRATO; e
- e. As demais obrigações deste EDITAL, do CONTRATO e seus respectivos ANEXOS.

16.12. Após a abertura da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA não será admitido o cancelamento de eventual proposta enviada.

## **17. DA GARANTIA DA PROPOSTA**

17.1. Não será exigida garantia de participação.

## **18. DA ABERTURA DA SESSÃO E DAS PROPOSTAS**

18.1. A partir do horário previsto no EDITAL de LICITAÇÃO, a sessão pública será aberta pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

18.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata o item 20, em relação à proposta mais bem classificada.

18.2.1. Na abertura das propostas, como medida excepcional poderá haver a exclusão da proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

18.2.2. Eventual exclusão de proposta do LICITANTE implica a retirada do LICITANTE do certame, sem prejuízo do direito de defesa.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

18.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

## **19. DA ETAPA COMPETITIVA**

19.1. A abertura da presente LICITAÇÃO dar-se-á em sessão pública pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO com a utilização de sua chave de acesso e senha, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste EDITAL.

19.1.1. Para ter acesso à etapa competitiva, os LICITANTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

19.1.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

19.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).

19.2. Será adotado para o envio de lances nesta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA o modo de disputa “aberto”, em que os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, consoante ao que dispõe a Lei nº 14.133/2021.

19.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

19.4. Na classificação das propostas será levado em conta a **MAIOR OFERTA – MAIOR VALOR DE OUTORGA PROPOSTA A SER PAGA AO PODER CONCEDENTE**, devendo ser respeitado o valor mínimo constante no item 5.7 do Edital.

19.4.1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo LICITANTE, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

19.4.1.1. Infrutíferos os critérios de desempate de que trata o art. 60, da Lei nº 14.133/2021, proceder-se-á o sorteio.

19.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

19.5.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

19.6. Não havendo novos lances na forma estabelecida no item 19.5 e subitem 19.5.1, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

19.7. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o AGENTE DE CONTRATAÇÃO, em até 10 (dez) minutos, assessorado pela equipe





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

19.8. Durante a sessão pública, os LICITANTES poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer valor e horário do maior lance registrado, não sendo identificado, entretanto, o detentor de cada lance.

19.9. É vedado aos LICITANTES estabelecer comunicações entre si através de “chat” do sistema, em qualquer fase da LICITAÇÃO, podendo o AGENTE DE CONTRATAÇÃO, justificadamente, proceder a desclassificação das propostas dos LICITANTES que assim procederem.

19.10. No caso de desconexão do AGENTE DE CONTRATAÇÃO, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos LICITANTES, os lances continuarão sendo recebidos.

19.10.1. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

19.10.2. Quando a desconexão do AGENTE DE CONTRATAÇÃO persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

19.11. Quando houver um único LICITANTE ou uma única proposta válida, caberá ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificar a aceitabilidade do valor ofertado.

19.11.1. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de **MAIOR VALOR DE OUTORGA** e o valor estimado para a CONTRAPRESTAÇÃO.

19.12. O sistema informará a proposta de maior valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

19.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao LICITANTE que tenha apresentado o **MAIOR VALOR DE OUTORGA**, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste EDITAL.

19.14. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

19.15. Havendo contraproposta aceita, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO detalhará seu valor no sistema.

19.16. Encerrada a etapa de negociação, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item 7 do EDITAL, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

19.16.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

19.16.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>; e

19.16.3. Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>.

19.17. Caso conste na Consulta de Situação do LICITANTE a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

19.18. Constatada a existência de sanção, o LICITANTE será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

19.19. Após a negociação do valor, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **20. DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA PRIMEIRA CLASSIFICADA**

20.1. Encerrada a fase de recebimento de lances, avaliada a aceitabilidade do valor do primeiro classificado, decidido motivadamente a respeito, passa-se para a verificação da perfeita consonância da proposta classificada em primeiro lugar apresentada, com as especificações e condições do EDITAL.

20.2. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO solicitará ao LICITANTE melhor classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a PROPOSTA ADEQUADA ao último lance ofertado após a negociação realizada, através do sistema <https://www.licitacaosaojosedoscamos.com.br/>, no campo referente à inclusão de anexos da proposta, ou, em caso de indisponibilidade do sistema, através do e-mail [drmc@sjc.sp.gov.br](mailto:drmc@sjc.sp.gov.br), acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste EDITAL e já apresentados.

20.2.1. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou da Comissão de Contratação quando o substituir.

20.2.2. A PROPOSTA ADEQUADA deverá ser formulada em uma via, datada e assinada pelo seu representante legal, sem emendas e borrões, contendo:

- a. Razão social, CNPJ e endereço da proponente, bem como o número da presente LICITAÇÃO;
- b. Preço unitário e total, expressos em reais (R\$), com 02 (duas) casas decimais;
- c. Validade da proposta, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da entrega da proposta;
- d. PRAZO DA CONCESSÃO.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

**e.** O Proponente deverá declarar, conforme ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA:

- i.** “Manteremos válida esta PROPOSTA pelo prazo de (período por extenso) dias, contados da data de entrega das propostas”;
- ii.** “Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no EDITAL e seus ANEXOS”;
- iii.** “Assumimos, desde já, a integral responsabilidade pela realização de todos e quaisquer serviços OBJETO da CONCESSÃO, em conformidade com o EDITAL, com o CONTRATO e seus SUBANEXOS, bem como com a legislação aplicável”;
- iv.** “A PROPOSTA considerou o prazo de 10 (dez) anos da CONCESSÃO”;
- v.** “Cumprimos integralmente todas as obrigações e requisitos contidos no EDITAL”.
- vi.** “Comprometemo-nos a efetuar todos os INVESTIMENTOS e demais INTERVENÇÕES necessárias para permitir execução do OBJETO do CONTRATO, bem como a arcar com as despesas, ônus, encargos, dispêndios e obrigações pecuniárias referidas no CONTRATO e SUBANEXOS”;
- vii.** “Temos pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos assumidos por este proponente no CONTRATO de CONCESSÃO”.
- viii.** “Levamos tais riscos em consideração na formulação de nossa PROPOSTA e assinatura do CONTRATO”.
- ix.** “Supervenientemente à assinatura do CONTRATO de CONCESSÃO, somente poderão ser, por este proponente, invocadas alterações decorrentes de normas legais para demandar o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO se comprovar que a alteração gerou impacto no referido equilíbrio econômico-financeiro”.

20.3. O valor proposto deverá contemplar todos os INVESTIMENTOS, serviços, tributos, riscos, custos diretos e indiretos e despesas decorrentes ou de qualquer outra forma relacionadas com a perfeita e integral execução do OBJETO da presente LICITAÇÃO.

20.4. No julgamento das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

20.4.1. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o LICITANTE atender às solicitações no prazo por ele estipulado, prazo esse que poderá ser prorrogado por igual período nas



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou da comissão de contratação quando o substituir.

20.4.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

20.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, prazo esse que poderá ser prorrogado por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou da comissão de contratação quando o substituir.

20.6. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no EDITAL.

20.7. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA constarão de ata divulgada no respectivo sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas nas legislações pertinentes.

20.8. Será desclassificada a PROPOSTA ADEQUADA que:

- a. Apresentar ressalvas, vícios insanáveis, ou que omita quaisquer itens exigidos neste EDITAL, ou na legislação pertinente;
- b. Apresentar **VALOR DE OUTORGA** abaixo do valor mínimo definido para a contratação;
- c. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste EDITAL ou seus ANEXOS, desde que insanável.

20.9. Após a verificação da conformidade da proposta com os termos do EDITAL, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO iniciará a fase de julgamento da habilitação.

## **21. DA HABILITAÇÃO**

21.1. Os documentos previstos neste EDITAL necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do LICITANTE de realizar o OBJETO da LICITAÇÃO, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

21.1.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da IN nº 073/2022, contado da solicitação do AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou da Comissão de Contratação quando o substituir.

21.1.2. No julgamento da habilitação, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado,



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

21.1.3. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, na fase de habilitação, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os LICITANTES atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

21.1.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

21.2. Conforme disposto no item 11.4, os LICITANTES deverão encaminhar, nos termos deste EDITAL, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

21.2.1. **Para comprovar sua habilitação jurídica**, o LICITANTE deverá apresentar:

21.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.2.1.2. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

21.2.1.3. Autorização do Poder Executivo Federal, na forma da legislação vigente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

21.2.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

21.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

21.2.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

21.2.1.7. Se o LICITANTE for uma instituição financeira deverá apresentar, adicionalmente aos documentos indicados no item 21.2.1.2, comprovante de autorização expressa e específica de sua constituição e funcionamento, concedida pela entidade reguladora do setor, bem como comprovação da homologação da eleição do seu administrador.

21.2.1.8. Se o LICITANTE for uma entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente aos documentos indicados no item





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

21.2.1.2, o comprovante de autorização expressa e específica quanto à sua constituição e ao seu funcionamento, concedida pelo órgão fiscalizador competente.

21.2.1.9. Se o LICITANTE for um fundo de investimento, bem como um Fundo de Previdência Complementar deverá apresentar os seguintes documentos:

- a. Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, criada pela Lei Federal nº 6.385/1976;
- b. Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente;
- c. Regulamento e alterações, se houver, devidamente registrados no Cartório de Título e Documentos ou na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Ofício Circular nº 12/2019/CVM/SIN;
- d. Comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- e. Prova de eleição dos representantes do administrador;
- f. Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado pelos seus cotistas a participar da LICITAÇÃO, por meio de autorização específica ou decorrente da política de investimento do fundo descrita em seu regulamento, e de que o seu administrador ou o seu gestor, conforme o caso, pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo, em nome do fundo de investimento, todas as obrigações e direitos que dela decorrerem.

21.2.2. **Para comprovar sua habilitação fiscal, social e trabalhista**, o LICITANTE deverá apresentar:

21.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

21.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o OBJETO contratual;

21.2.2.3. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA;

21.2.2.4. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ou [www.pgfn.fazenda.gov.br](http://www.pgfn.fazenda.gov.br). Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

21.2.2.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do LICITANTE;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

21.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

**21.2.3. Para comprovar a qualificação econômico-financeira, o LICITANTE deverá apresentar:**

21.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do LICITANTE;

21.2.3.2. Caso o LICITANTE seja um fundo de investimentos deverá apresentar adicionalmente, certidão negativa de falência da administradora e da gestora do Fundo, expedida pelo distribuidor da sede do LICITANTE.

21.2.3.5. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

21.2.3.5.1. Os documentos constantes do item 21.2.3.5. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

21.2.3.5.2. A empresa criada no exercício financeiro da licitação deverá atender a todas as exigências da habilitação e poderá substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado no órgão pertinente à constituição da empresa, ou Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, incluindo os Termos de Abertura e Encerramento devidamente registrados;

21.2.3.5.3. Será admitida a apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis conforme os seguintes critérios:

I - Apresentação das páginas do Livro Diário que incluam o Termo de Abertura, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Termo de Encerramento, devidamente registrado no órgão pertinente à constituição da empresa;

II - Empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar o arquivo da ECD contendo o Balanço Patrimonial e DRE em formato PDF, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), juntamente com o Termo de Autenticação correspondente, podendo este ser substituído pelo recibo de entrega da ECD.

21.2.3.5.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos do art. 5º da IN RFB 2142/2023;

21.2.3.5.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das respectivas fórmulas:



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

21.2.3.5.6. Os indicadores previstos serão calculados conforme o(s) exercício(s) financeiro(s) exigível(is).

21.2.3.5.7. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado ao período de 12 (doze) meses da contratação.

21.2.3.5.8. Para empresas estrangeiras, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados na forma da lei do país de origem, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas deverão apresentar suas demonstrações contábeis certificadas por um contador registrado na entidade profissional competente, se a auditoria não for obrigatória pelas leis de seus países de origem.

**21.2.4. Para comprovar sua qualificação técnica operacional**, o LICITANTE deverá apresentar:

21.2.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do LICITANTE para desempenho de atividade pertinente e compatível com o OBJETO, comprovando no próprio documento execução ou coordenação de serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo, a saber:

- a.** Instalação de, no mínimo, 50 (cinquenta) REDs, MUPIs ou outros elementos de mobiliário urbano que apresentem características com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste edital, devidamente justificada, com exploração publicitária, em área urbana;
- b.** Instalação de, no mínimo, 50 (cinquenta) PMVs ou outros elementos tecnológicos de transmissão digital de mensagens em tempo real, que apresentem características com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste edital;
- c.** Manutenção de, no mínimo, 50 (cinquenta) REDs, MUPIs ou outros elementos de mobiliário urbano que apresentem características com



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste edital, devidamente justificada, com exploração publicitária, em área urbana, por um período mínimo de 12 (doze) meses;

**d.** Manutenção de, no mínimo, 50 (cinquenta) PMVs ou outros elementos tecnológicos de transmissão digital de mensagens em tempo real, que apresentem características com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste edital, por um período mínimo de 12 (doze) meses;

**e.** Exploração e comercialização de publicidade de mídia exterior, em área urbana.

21.2.4.2. As comprovações exigidas nos subitens referentes a “Manutenção” deverão corresponder a, no mínimo, 12 (doze) meses de execução contínua e ininterrupta das atividades comprovadas;

21.2.4.3. Será admitida para fins de comprovação de quantidade mínima, a possibilidade de somatório de atestados para contratos executados concomitantemente.

21.2.4.4. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

21.2.4.5. Para consórcio: referente ao item 21.2.4.1., a comprovação poderá ser representada pela soma da qualificação operacional das empresas consorciadas.

21.2.4.6. Serão aceitas declarações, em substituição aos atestados, quando a empresa estiver operando negócio próprio, sendo que tais declarações deverão estar acompanhadas de documentos comprobatórios pertinentes expedidos pelo estabelecimento do próprio LICITANTE, tais como notas fiscais, Instrumento Social, Relatórios, faturas ou contratos firmados com terceiros.

21.2.4.7. Para os atestados em que o LICITANTE ou CONSORCIADA figure como integrante de CONSÓRCIO ou outra forma associativa ou societária, as experiências atestadas deverão ser avaliadas nos termos do art. 67, § 10, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2.4.8. Os atestados poderão se referir a atividades em andamento, desde que os quantitativos e características técnicas do objeto já realizado sejam compatíveis com as exigências do item 21.2.4.1.

21.2.4.9. A comprovação referente a qualificação técnica Operacional do LICITANTE poderá ser efetuada por meio da apresentação dos respectivos atestados emitidos em seu nome ou em nome de outras empresas integrantes do mesmo GRUPO ECONÔMICO do LICITANTE.

21.2.4.10. Na hipótese de utilização, por um LICITANTE, de atestados emitidos em nome de outras empresas integrantes do mesmo GRUPO ECONÔMICO do LICITANTE, deverá ser comprovado tal condição.

21.2.4.11. Caso seja apresentado atestado emitido na forma do item 21.2.4.9., para fins de cálculo dos quantitativos exigidos no item 21.2.4.1., será observada a proporção de



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

participação do LICITANTE, da CONSORCIADA, CONTROLADORA ou CONTROLADA dessas na entidade titular do atestado, aplicando-se essa proporção ao quantitativo total indicado no atestado.

21.2.4.12. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

21.2.5. Declaração de que realizou vistoria e tem pleno conhecimento dos locais de instalação dos equipamentos (Anexo I C), bem como tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações OBJETO da LICITAÇÃO.

21.2.5.1. Para fins do previsto no item 21.2.5 será possível a substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

21.2.5.1.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

21.2.6. **Declaração, expressa e sob as penas da lei**, conforme ANEXO III, de que:

- a. A empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
- b. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c. Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d. A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g. A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis;
- h. Está ciente e concorda com as condições contidas no EDITAL e seus ANEXOS, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**i.** A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores;

**j.** A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

**k.** A empresa está ciente que deve utilizar, sempre que aplicável, ações que fomentem o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem, nos termos da Lei Municipal nº 10.713/23.

**l.** A empresa está ciente que deverá constituir, até a data da assinatura do CONTRATO, uma SPE, que irá sub-rogá-la em todas as obrigações e direitos assumidos no CONTRATO decorrente desta LICITAÇÃO.

21.2.7. Após a entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos LICITANTES e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

21.2.8. Nome, nacionalidade, estado civil, CPF, RG, endereço residencial completo e cargo que ocupa na empresa, da pessoa que deverá assinar o CONTRATO, conforme modelo ANEXO IV.

21.2.8.1. Quando não for o seu representante legal nos termos do contrato social, além da documentação supra, deverá apresentar procuração para tal, no ato de assinatura do mesmo.

21.2.8.2. A não apresentação da documentação referente ao item 21.2.8. não inabilitará o LICITANTE, ficando facultada a Municipalidade elaborar CONTRATO em nome do representante legal da empresa, constante do contrato social, ou chamar o remanescente.

21.2.9. Nos termos do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/2021, os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de:

I - Publicação realizada em órgão da imprensa oficial;

II - Cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via "Internet";



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

III - Prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, feita perante agente da Administração, mediante apresentação do original, ou por declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

21.2.10. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazos de validade vencidos. No caso das certidões, quando não consignar o prazo de validade, serão consideradas válidas as expedidas com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente LICITAÇÃO.

21.2.10.1. Ao documento que devido a sua natureza seja exigida a condição de inscrição regular, ativa, ou outra, como prova de eficácia e da sua existência de fato e de direito, não se aplica prazo de validade.

21.2.10.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado ao PODER CONCEDENTE convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação.

21.2.11. Considerando a Instrução Normativa RFB Nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.229, de 15 de outubro de 2024, referente à regularidade dos LICITANTES relativamente ao CNPJ, como condição de sua habilitação, será confirmada pelo PODER CONCEDENTE nos termos da Instrução antes mencionada, devidamente atualizada.

21.2.12. Os LICITANTES que não apresentarem os documentos exigidos neste EDITAL ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, serão considerados inabilitados.

21.2.13. Na análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.2.14. Na hipótese de o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o AGENTE DE CONTRATAÇÃO examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente EDITAL.

## **22. DAS INSTRUÇÕES E NORMAS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

22.1. Declarado o vencedor, qualquer LICITANTE, poderá, no prazo de 02 (duas) horas corridas, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o OBJETO ao LICITANTE declarado vencedor.

22.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de LICITANTES, à anulação ou revogação da LICITAÇÃO, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

22.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

22.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

22.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

22.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.7. A apresentação de razões e contrarrazões de recurso deverá ser enviada através do sistema <https://www.licitacaosaojosedomcampos.com.br/>, ou, em caso de indisponibilidade do sistema, através do e-mail [drmcd@sjc.sp.gov.br](mailto:drmcd@sjc.sp.gov.br).

22.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Divisão de Gestão Documental, situado à Rua José de Alencar nº 123 - térreo - Paço Municipal, no horário compreendido entre 08h15 e 16h30.

### **23. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

23.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b. Revogar a LICITAÇÃO por motivo de conveniência e oportunidade;
- c. Proceder à anulação da LICITAÇÃO, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d. Adjudicar o OBJETO e homologar a LICITAÇÃO.

23.2. A homologação do resultado desta LICITAÇÃO não implicará direito à contratação.

### **24. DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE**

24.1. A ADJUDICATÁRIA deverá se constituir, até a data da assinatura do CONTRATO, em uma SPE, que irá sub-rogá-la em todas as obrigações e direitos assumidos no CONTRATO decorrente desta LICITAÇÃO, permanecendo, no entanto, solidariamente responsável pela obrigação de entrega do OBJETO licitado, inclusive em relação às penalidades previstas para o caso de mora ou descumprimento.

24.1.1. A SPE deverá ter sede e foro no Município de São José dos Campos.

24.1.1.2. A CONCESSIONÁRIA, estruturada sob a forma de sociedade por ações nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e com sede no Município de



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

São José dos Campos, deverá indicar em seu estatuto, como finalidade exclusiva, a exploração da CONCESSÃO, sendo sua composição acionária aquela apresentada na LICITAÇÃO e constante de seus instrumentos societários, os quais deverão ser entregues, atualizados, ao PODER CONCEDENTE.

**24.2. A SPE deverá realizar para a Assinatura do CONTRATO a subscrição e integralização de capital social no valor mínimo de R\$ 5.388.835,67** (cinco milhões, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos), em moeda corrente nacional, valor correspondente ao valor estimado dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS somado ao valor da operação durante os 12 (doze) primeiros meses.

24.2.1. A SPE não poderá, durante todo o prazo de execução do PLANO DE INTERVENÇÃO, reduzir o seu capital abaixo do valor mínimo estabelecido no item 24.2, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE.

24.3. A ADJUDICATÁRIA terá um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação da homologação para apresentar os seguintes documentos da SPE:

- a. Contrato Social ou Estatuto Social.
- b. Inscrição Municipal
- c. CNPJ

24.4. O prazo de 30 (trinta) dias poderá ser prorrogado por até igual período, desde que ocorra motivo justificado.

24.5. A constituição da SPE observará os seguintes requisitos:

24.5.1. Finalidade exclusiva de cumprir com o OBJETO desta LICITAÇÃO, nos termos do referido compromisso;

24.5.2. Denominação, organização e objeto da futura SPE, inclusive com a participação acionária/social atribuída a cada sócio;

24.5.3. Apenas pessoas jurídicas poderão integrar a SPE constituída sob a forma de sociedade por ações ou sociedade limitada, sendo que todas elas obrigatoriamente deverão manter, durante toda a execução do CONTRATO, as condições de habilitação fiscal e trabalhista previstas neste EDITAL.

24.6. Em se tratando de ADJUDICATÁRIA que tenha participado do certame na qualidade de Proponente individual, a SPE será criada a partir de uma subsidiária integral, tendo como único acionista a ADJUDICATÁRIA.

24.7. Caso a ADJUDICATÁRIA seja CONSÓRCIO, a participação de cada CONSORCIADA no capital social da SPE deverá, no momento da celebração do CONTRATO, ser idêntica à sua respectiva participação no CONSÓRCIO.

24.8. A Sociedade de Propósito Específico deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

(Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações) e nas Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

24.8.1. As informações e demonstrações contábeis e financeiras do CONCESSIONÁRIO deverão ser auditadas por empresa especializada de auditoria independente.

24.9. O CONCESSIONÁRIO estará vinculado, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, ao disposto no CONTRATO, no EDITAL, na documentação por ela apresentada, em especial a PROPOSTA, e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação municipal, estadual e federal.

#### **24.10. DA ESTRUTURA DA CONCESSIONÁRIA**

24.10.1. O capital social da CONCESSIONÁRIA reger-se-á pelos parâmetros dispostos no Edital, neste item e pelas normas pertinentes.

24.10.2. Até a data da assinatura do CONTRATO deverá ter sido integralizado o valor mínimo de R\$ 5.388.835,67 (cinco milhões, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos) do capital social da CONCESSIONÁRIA, nos termos do Item 24.2. do EDITAL.

24.10.3. O valor especificado na Cláusula 24.10.2. não poderá sofrer redução durante todo o prazo da CONCESSÃO.

24.10.4. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter o PODER CONCEDENTE permanentemente informado sobre a integralização do capital referido nas subcláusulas anteriores, sendo facultado ao PODER CONCEDENTE realizar diligências e auditorias para verificação da regularidade da situação.

24.10.5. No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar as normas da Lei Federal nº 6.404/76.

24.10.6. A CONCESSIONÁRIA poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade em favor de terceiros, devendo submeter ao conhecimento do PODER CONCEDENTE tais operações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua efetivação.

24.10.7. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA deverão ser aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO de que trata este CONTRATO.

#### **24.11. DA TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE E ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DA CONCESSIONÁRIA**

24.11.1. Nenhuma alteração societária será admitida no âmbito da CONCESSIONÁRIA até a emissão do TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO nos termos do item 27.9, salvo em situações devidamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE, em que reste demonstrada a ausência de prejuízo para a continuidade do OBJETO deste CONTRATO.

24.11.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 24.11.1, durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO a transferência do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA ou alterações na



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

composição societária da SPE somente poderão ocorrer mediante prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE e desde que não se coloque em risco a execução do objeto contratual, observadas as condições fixadas neste CONTRATO, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

24.11.3. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a não efetuar em seus livros sociais, sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE, qualquer registro que importe em cessão, transferência ou oneração das ações societárias que compõem o CONTROLE societário direto da SPE.

24.11.4. Desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar a modificação do CONTROLE societário direto da SPE, consideram-se ato(s) também sujeitos à prévia anuência do PODER CONCEDENTE para fins deste CONTRATO:

- a)** celebração de acordo de acionistas;
- b)** emissão de valores mobiliários conversíveis em ações;
- c)** instituição de garantia e direitos de terceiros sobre ações.

24.11.5. A emissão de valores mobiliários não enquadráveis na situação descrita na alínea “(b)” da subcláusula anterior, mesmo quando se tratar de valores mobiliários não conversíveis em ações, deverá ser submetida ao conhecimento prévio do PODER CONCEDENTE.

24.11.6. A transferência da participação de acionista da CONCESSIONÁRIA para outras sociedades CONTROLADORAS, CONTROLADAS ou sob CONTROLE comum, direto ou indireto, deste mesmo acionista, deverá ser objeto de comunicação ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 10 (dez) dias antes da efetivação da respectiva operação.

24.11.7. A solicitação de transferência do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA deverá ser encaminhada ao PODER CONCEDENTE contendo justificativa para tanto, bem como elementos que subsidiem sua análise.

24.11.8. Para obtenção da referida anuência de transferência da CONCESSÃO ou do CONTROLE societário da CONCESSIONÁRIA, o interessado deverá:

- a)** atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessárias à assunção do OBJETO da CONCESSÃO, conforme previsto no EDITAL;
- b)** prestar e manter as garantias pertinentes, conforme o caso;
- c)** comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO.

24.11.9. Durante todo o período da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA também deverá submeter à prévia anuência do PODER CONCEDENTE as alterações em seu respectivo estatuto social, que envolvam:

- a)** a cisão, fusão, transformação ou incorporação da SPE;
- b)** a alteração do objeto social da SPE;





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

**c)** a redução de capital social da SPE; e

**d)** a emissão de ações de classes diferentes da SPE.

24.11.10. O PODER CONCEDENTE examinará a(s) solicitação(ões) encaminhada(s) pela CONCESSIONÁRIA nos termos da presente cláusula no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA ou aos FINANCIADOR(ES), bem como convocar os acionistas controladores da SPE e promover outras diligências consideradas adequadas.

24.11.11. Não será admitida qualquer alteração sem manifestação expressa do PODER CONCEDENTE.

24.11.12. Todos os documentos que formalizarem a alteração estatutária da CONCESSIONÁRIA, independentemente da necessidade de autorização prévia do PODER CONCEDENTE, deverão ser a ele encaminhados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da respectiva alteração, passando a fazer parte integrante, quando for o caso, do CONTRATO.

24.11.13. Durante todo o prazo de vigência do contrato, a transferência da concessão ou do controle societário direto ou indireto da Concessionária somente poderá ocorrer mediante prévia e expressa anuência do Poder Concedente. A autorização fica condicionada à demonstração de que o pretendente atende a todas as exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal originalmente estabelecidas neste Edital, assumindo o compromisso de cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor, sob pena de caducidade da concessão, nos exatos termos do artigo 27 da Lei Federal 8.987/1995.

## **25. DA FORMALIZAÇÃO E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

25.1. O CONTRATO a ser firmado, cuja minuta integra o presente EDITAL como ANEXO V DO EDITAL – MINUTA DO CONTRATO para todos os fins e efeitos de direito, regulará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das PARTES, tudo em conformidade com os termos deste EDITAL, sujeitando-se aos preceitos de direito público e, supletivamente, aos princípios da teoria geral dos CONTRATOS e às disposições de direito privado.

25.1.1. O CONTRATO prevê, em contrapartida ao cumprimento pelo CONCESSIONÁRIO das obrigações previstas neste, o direito de DE USO DE BEM PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINÉIS DE MENSAGENS VARIADAS (PMV's), PARA INFORMAÇÕES DOS SERVIÇOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, EM ESPECIAL OS HORÁRIOS DE CHEGADAS E PARTIDAS DOS ÔNIBUS, observado contudo, que a obtenção das RECEITAS principais e das RECEITAS acessórias dar-se-á por conta e risco exclusivo do CONCESSIONÁRIO.

25.1.2. Após a constituição da SPE, conforme item 24, a Prefeitura de São José dos Campos convocará a empresa ADJUDICATÁRIA, via e-mail ou outro meio hábil, para num prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, assinar o respectivo



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

CONTRATO, sob a pena de decair do direito de prestar os serviços, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.1.3. O CONTRATO a ser formalizado terá sua assinatura realizada eletronicamente pelo sistema Prefbook, localizado no sítio eletrônico da PSJC <https://www.sjc.sp.gov.br/>, contudo, não sendo possível o eventual envio de minutas impressas para assinaturas fora da Prefeitura de São José dos Campos.

25.2. A forma presencial para assinaturas poderá, mediante justificativa aprovada pelo PODER CONCEDENTE, ser empregada excepcionalmente.

25.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Municipalidade.

25.4. É facultado ao Município convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação para executar o objeto em igual prazo ou na impossibilidade, revogar a LICITAÇÃO, independentemente da cominação prevista no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando:

- a. O convocado não apresentar situação regular no ato de intimação para receber o CONTRATO;
- b. O convocado não assinar o CONTRATO no prazo e condições estabelecidas;
- c. O PODER CONCEDENTE rescindir o CONTRATO por inadimplência do CONCESSIONÁRIO.

25.5. A Secretaria requisitante é o órgão credenciado pelo Município de São José dos Campos, para vistoriar e receber a prestação dos serviços, e a prestar toda a assistência e a orientação que se fizerem necessárias.

25.6. O CONCESSIONÁRIO, se obriga a manter, durante toda a execução do CONTRATO, todas as obrigações por ele assumidas e em regularidade as condições de habilitação exigidas no EDITAL.

25.7. Será exigida como condição para a assinatura do CONTRATO, no prazo que trata o item 25.1.2.:

**25.7.1. Comprovação da realização do RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS DE PMI, no montante de R\$ 390.451,64** (trezentos e noventa mil, quatrocentos de cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do item 8.1 do Edital de Chamamento Público para Procedimento de Manifestação de Interesse nº 001/SEMOB/2023.

25.7.1.1. O valor mencionado no subitem 25.7.1 acima deverá ser reajustado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor de São Paulo, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, entre o mês da data de autorização dos Estudos até a data do ressarcimento.

25.7.1.2. Para o processo de RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS DE PMI, a ADJUCATÁRIA deverá obter informações junto à Secretaria de Mobilidade Urbana.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

25.7.1.3. A comprovação, pela ADJUDICATÁRIA, do RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS DE PMI dar-se-á mediante termo de quitação firmado com o(s) responsável (eis).

25.7.1.4. O valor relativo ao RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS DE PMI constitui encargo inerente à concessão, integra o fluxo de caixa projetado do empreendimento e foi expressamente considerado na modelagem econômico-financeira adotada pelo PODER CONCEDENTE, inclusive para a definição do valor mínimo de outorga, razão pela qual não se caracteriza como custo não previsto, ônus adicional indevido ou fato apto a alterar a proposta comercial, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

25.7.2. Que constituiu a SPE e cumpriu com as obrigações relativas à subscrição e integralização de seu capital social, nos termos do item 24.2 do EDITAL.

25.7.3. GARANTIA DE EXECUÇÃO de 5% (cinco por cento) do valor anual do CONTRATO nos moldes do previsto no artigo 96, incisos I, II, III e IV e, no que for pertinente, aos artigos seguintes, do CAPÍTULO II, DAS GARANTIAS, da Lei nº 14.133/2021, e demais previsões, valores e condições básicas tratadas no CONTRATO, bem como nas condições específicas deste EDITAL.

25.7.4. A contratação de todos os seguros exigidos no item 27.7.31, deste Edital.

## **26. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

26.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, o CONCESSIONÁRIO manterá a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada como condição precedente para a assinatura do CONTRATO, **nos termos do item 25.7.3. acima.**

26.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- b.** Seguro-garantia;
- c.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d.** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

26.3. O CONCESSIONÁRIO manterá válida por todo o prazo de vigência do CONTRATO, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO observada a seguinte dinâmica de liberação ao longo da vigência contratual:

- a.** o montante inicial de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO corresponderá a 5% (cinco por cento) do VALOR ANUAL DO CONTRATO;
- b.** após a expedição do respectivo Termo Definitivo de Aceitação de Obras, o montante obrigatório de GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

corresponderá a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do VALOR ANUAL DO CONTRATO.

26.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a.** o ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE face a qualquer espécie de inadimplemento do CONCESSIONÁRIO;
- b.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONCESSIONÁRIO, quando couber.
- c.** devolução dos bens integrantes da CONCESSÃO em desconformidade com as exigências estabelecidas no CONTRATO ou em seus SUBANEXOS; e/ou
- d.** o pagamento das multas que forem aplicadas ao CONCESSIONÁRIO em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, cuja quitação não ocorrer em até 10 (dias) úteis da respectiva imposição.

26.5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter vigência mínima de 1 (um) ano, a contar de sua emissão, sendo de inteira responsabilidade do CONCESSIONÁRIO mantê-la em plena vigência, de forma ininterrupta, durante todo o prazo do CONTRATO, devendo, para tanto, promover as renovações e atualizações necessárias, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência ao vencimento, sob pena de incidência das penalidades cabíveis.

26.6. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada anualmente pelos mesmos índices e na mesma data do reajuste do valor do CONTRATO, nos termos do item 5.2. do Edital.

26.6.1. Sempre que se verificar o reajuste da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, o CONCESSIONÁRIO deverá complementá-la, no prazo de 10 (dez) dias a contar da vigência do reajuste, de modo a manter inalterada a proporção fixada neste item, sob pena de caracterizar-se inadimplência do CONCESSIONÁRIO e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

26.7. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, devendo o CONCESSIONÁRIO promover as renovações e atualizações que forem necessárias à sua plena vigência durante o CONTRATO.

26.8. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

26.9. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

26.10. Se o valor das multas contratuais eventualmente impostas ao CONCESSIONÁRIO for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, além da perda desta, o CONCESSIONÁRIO responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

26.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 26.4, observada a legislação que rege a matéria.

26.11.1. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, seu recolhimento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da homologação da licitação, e a apólice deverá ter validade por mais 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

26.11.2. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

26.11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

26.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, com atualização monetária, conforme o índice IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor.

26.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

26.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

26.15. No caso de alteração do valor do CONTRATO, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

26.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONCESSIONÁRIO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias, contado da data em que for notificado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

26.17. O PODER CONCEDENTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

26.18. O emitente da garantia ofertada pelo CONCESSIONÁRIO deverá ser notificado pelo PODER CONCEDENTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

26.19. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

26.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do PODER CONCEDENTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONCESSIONÁRIO cumpriu todas as cláusulas deste CONTRATO.

26.21. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO ou após a sua extinção por culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme o índice IPC-FIPE.

26.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo PODER CONCEDENTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONCESSIONÁRIO.

26.23. O CONCESSIONÁRIO autoriza o PODER CONCEDENTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no CONTRATO.

26.24. O CONCESSIONÁRIO permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

26.25. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após a extinção do CONTRATO.

26.26. A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações, incluindo trabalhistas e previdenciárias do CONCESSIONÁRIO, bem como da entrega dos BENS REVERSÍVEIS em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

26.27. Para a devolução da garantia prestada, o CONCESSIONÁRIO deverá solicitar através de processo interno a ser aberto pelo representante da interessada junto à Divisão de Protocolo, situada à rua José de Alencar nº 123 - andar térreo - Paço Municipal, no horário compreendido entre 8h15 e 16h30, ou eletronicamente pelo sistema Prefbook, anexando cópia da garantia prestada (Ex: apólice, seguro garantia) ou original da guia de recolhimento, cópias do contrato e ainda declaração de que cumpriu todas as obrigações com terceiros.

## **27. DA EXECUÇÃO**

27.1. O CONCESSIONÁRIO deverá executar de conformidade com o estabelecido neste item 27 os serviços objeto desta licitação sob sua exclusiva responsabilidade e nas condições ofertadas que deverão, todavia, observar as determinações específicas para a execução contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e demais ANEXOS.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

27.2. O início da execução do objeto se dará mediante a emissão da Ordem de Serviços (OS), por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de São José dos Campos – PODER CONCEDENTE.

27.2.1. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA **deverão, no prazo de 15** (quinze) dias contados da data de publicação do extrato do CONTRATO no DOM, **apresentar por escrito os nomes e cargos dos respectivos empregados ou representantes designados para serem responsáveis pela gestão do CONTRATO**, nos aspectos técnicos e nos aspectos administrativos, e recebimento das correspondências aqui previstas.

27.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)**, somadas as parcelas possíveis de serem fracionadas, mantida a responsabilidade integral do CONCESSIONÁRIO pela perfeita execução contratual, cumpridas as seguintes condições:

27.3.1. O CONCESSIONÁRIO apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, a ser avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

27.3.2. É vedada a subcontratação total ou da parcela principal da obrigação;

27.3.3. Cumprimento aos requisitos técnicos e de habilitação imprescindíveis à execução do objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021, pelo subcontratado indicado.

27.4. Em atenção ao disposto no §3º do art. 122 da Lei n.º 14.133, de 2021, é vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

27.5. Não será permitida a SUBCONCESSÃO do Objeto do Contrato de Concessão.

#### **27.6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

27.1.1. Compete ao PODER CONCEDENTE entre outras previsões em CONTRATO:

27.1.1.1. Transferir a posse do MOBILIÁRIOS URBANOS (PMV's, MUPI's, RED's) para o CONCESSIONÁRIO no dia seguinte à emissão da ORDEM DE SERVIÇO;

27.1.1.2. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;

27.1.1.3. Realizar a publicação resumida do instrumento de CONTRATO e seus aditivos na Imprensa Oficial, dentro dos prazos estabelecidos por lei.

27.1.1.4. Analisar, propor adequações e aprovar todos os PROJETOS EXECUTIVOS e suas eventuais modificações;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

27.1.1.5. Responsabilizar-se pelos ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos anteriores à emissão da ORDEM DE SERVIÇO, relacionados ao OBJETO da CONCESSÃO, bem como de atos ou fatos que, embora posteriores à emissão da ORDEM DE SERVIÇO, decorram de culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE;

27.1.1.6. Operar os MOBILIÁRIOS (PMV's, MUPI's, RED's) até a data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO e assistir ao CONCESSIONÁRIO na transição da operação, nos termos estabelecidos neste CONTRATO;

27.1.1.7. Cumprir e fazer cumprir a legislação que autoriza a exploração de **espaços publicitários** em equipamentos urbanos, tomando as medidas necessárias à prevenção e/ou correção de eventuais danos;

27.1.1.8. Fornecer ao CONCESSIONÁRIO todas as informações que lhe estejam disponíveis e sejam relevantes para o bom desenvolvimento da CONCESSÃO;

27.1.1.9. Fundamentar devidamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo do CONTRATO;

27.1.1.10. Indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsável(is) pelo acompanhamento do CONTRATO;

27.1.1.11. Acompanhar, fiscalizar permanentemente e atestar o cumprimento do CONTRATO, bem como analisar as informações prestadas pelo CONCESSIONÁRIO, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações;

27.1.1.12. Aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do CONTRATO, em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pelo CONCESSIONÁRIO;

27.1.1.13. Comunicar por escrito qualquer falta, deficiência, ou não conformidades na execução dos serviços, assim que identificados, para imediata correção pelo CONCESSIONÁRIO;

27.1.1.14. Comunicar por escrito qualquer solicitação de reparo ou reposição de infraestrutura, equipamentos ou qualquer solicitação/reclamação a respeito das atividades desempenhadas;

27.1.1.15. Exigir o pronto reparo pelo CONCESSIONÁRIO de qualquer falha construtiva ou de funcionamento, sob pena de aplicação das penalidades previstas em CONTRATO;

27.1.1.16. Assegurar o cumprimento de seus compromissos financeiros, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO;

27.1.1.17. Manter vigente a estrutura de garantia durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, observados os termos e as condições do CONTRATO;

27.1.1.18. Encaminhar ao CONCESSIONÁRIO as queixas, reclamações, comentários e críticas dos USUÁRIOS, referentes ao objeto do CONTRATO, recebidos pelo sistema 156, ao preposto indicado;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

27.1.1.19. Garantir ao CONCESSIONÁRIO a plena exploração das RECEITAS, na forma prevista no CONTRATO e em seu ANEXO ÚNICO, desde que se trate de usos compatíveis com o PLANO DE EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA e com a legislação vigente.

## **27.7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO**

27.7.1. O CONCESSIONÁRIO deve cumprir todas as obrigações constantes neste CONTRATO e em seu ANEXO ÚNICO, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

27.7.2. Garantir que a população tenha acesso a informações em tempo real sobre os serviços de transporte, especialmente os horários de chegada e partida, aumentando a eficiência e a previsibilidade do sistema, de conformidade com as previsões contidas no Edital, Anexos e no Termo de Referência, para tanto cumprir em relação ao (a):

### **27.7.2.1. Fornecimento e Instalação**

**a. Implantação de Hardware e Software:** Fornecer e instalar todos os equipamentos (telas de LED, totens, suportes) e os sistemas de gestão de dados necessários para a operação.

**b. Adequação Tecnológica:** Garantir que os painéis possuam alta visibilidade, luminosidade adequada para ambientes externos e tecnologia que permita atualizações em tempo real.

**c. Conformidade com Normas:** Instalar os equipamentos em pontos estratégicos definidos pelo Poder Concedente, respeitando normas de segurança viária e acessibilidade.

### **27.7.2.2. Operação e Gestão da Informação**

**a. Precisão de Dados:** Garantir a fidedignidade dos horários de partidas e chegadas dos ônibus, integrando o sistema de PMVs com o [Sistema de Monitoramento \(GPS\)](#) da frota.

**b. Atualização em Tempo Real:** Manter a comunicação direta com o Centro de Controle Operacional (CCO) para informar sobre atrasos, alterações de itinerário ou situações de emergência.

**c. Continuidade do Serviço:** Assegurar a prestação do serviço de forma ininterrupta, conforme o princípio da continuidade dos serviços públicos.

### **27.2.2.3. Manutenção e Conservação**

**d. Manutenção Preventiva e Corretiva:** Realizar revisões periódicas e reparos imediatos em caso de vandalismo, falhas técnicas ou desgaste natural dos equipamentos.

**e. Zelo pelo Patrimônio:** Manter os bens públicos concedidos em perfeitas condições de conservação e limpeza durante todo o período do contrato.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

**27.2.2.4. Obrigações Administrativas e Financeiras**

**a. Responsabilidade Civil:** Responder por quaisquer danos causados a terceiros, usuários ou à Administração Pública decorrentes da execução do serviço.

**b. Prestação de Contas e Fiscalização:** Permitir livre acesso dos órgãos fiscalizadores aos registros técnicos, contáveis e às instalações do serviço.

**c. Encargos Financeiros:** Arcar com todos os custos de operação, impostos, seguros e, se previsto em edital, o pagamento da [outorga \(valor pelo uso do espaço público\)](#).

**d. Regras de Comunicação:** Sendo a remuneração do CONCESSIONÁRIO por meio da exploração de publicidade nos painéis, obriga-se a cumprir rigorosamente as regras municipais de comunicação.

27.7.3. Cumprir e respeitar as cláusulas e condições do CONTRATO e seu ANEXO ÚNICO, da PROPOSTA COMERCIAL apresentada e dos documentos relacionados, submetendo-se plenamente à regulamentação existente ou a que venha a ser editada, às normas da ABNT e/ou do INMETRO ou outro órgão regulamentador competente, bem como às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções da fiscalização do PODER CONCEDENTE, cumprindo ainda com as metas e os parâmetros de qualidade, e demais condicionantes para a execução do OBJETO da CONCESSÃO;

27.7.4. Cumprir as obrigações contidas no CONTRATO e nos respectivos ANEXOS, mantendo o PODER CONCEDENTE informado a respeito das atividades executadas para tanto;

27.7.5. Possuir, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do objeto;

27.7.6. Manter o PODER CONCEDENTE livre de qualquer litígio, assumindo, quando aceito pelo Poder Judiciário, a posição de parte, e, quando indeferida a substituição processual ou mantida solidariamente, assumindo a condução do processo e o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO;

27.7.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação;

27.7.8. Acatar, respeitar e cumprir com as deliberações do PODER CONCEDENTE;

27.7.9. Apresentar ao PODER CONCEDENTE os projetos executivos dos equipamentos a serem instalados nos termos e nos prazos indicados, acompanhado, quando for o caso, de estudos técnicos e pareceres;

27.7.10. Cumprir os PLANOS apresentados, procedendo, caso necessário, à sua alteração;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

- 27.7.11. Informar imediatamente quando da identificação de passivos e/ou irregularidades nos locais de instalação dos equipamentos da CONCESSÃO;
- 27.7.12. Proceder a realização higienização dos equipamentos ou demais procedimentos análogos;
- 27.7.13. Dar destinação ambientalmente adequada para todos os resíduos produzidos e de implantação de gestão, visando à eficiência energética;
- 27.7.14. Responsabilizar-se pela destinação, triagem, transporte, armazenagem, descarte e/ou aproveitamento dos resíduos eventualmente originados na CONCESSÃO, inclusive aqueles decorrentes da logística reversa, observadas as normas técnicas pertinentes, os dispositivos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis e as exigências quanto às autorizações necessárias para essa finalidade, inclusive as licenças ambientais, se aplicáveis;
- 27.7.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou chefe do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 27.7.16. Assegurar livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas, pelo PODER CONCEDENTE, da fiscalização aos locais e equipamentos onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas com o objeto da CONCESSÃO;
- 27.7.17. Cooperar e apoiar para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes ao OBJETO do CONTRATO, bem como aos registros contábeis, dados e informações operacionais, seus e, tanto quanto possível, de suas eventuais subcontratadas;
- 27.7.18. Manter, durante a vigência do CONTRATO, as qualificações técnica, econômico-financeira, regularidade fiscal e outras que permitiram a sua habilitação e qualificação relativamente à LICITAÇÃO que precedeu a assinatura do CONTRATO, para a consecução de todas as obrigações estabelecidas com a eficiência e a qualidade contratualmente definidas;
- 27.7.19. Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilização relacionada e apresentando-lhe, relatório acompanhado da documentação que comprove o atendimento das exigências legais correspondentes, sempre que solicitado;
- 27.7.20. Paralisar, por determinação do PODER CONCEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 27.7.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a Administração ou a terceiros, não reduzindo





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

essa responsabilidade pelo fato de haver a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo PODER CONCEDENTE;

27.7.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do PODER CONCEDENTE;

27.7.23. Indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos (preposto), com poderes para representar o CONCESSIONÁRIO junto ao PODER CONCEDENTE, indicando as formas para contato (telefone, e-mail, endereço postal);

27.7.24. Atender a convocações formalmente encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive para participar de reuniões;

27.7.25. Manter atualizado o INVENTÁRIO e o registro dos BENS REVERSÍVEIS;

27.7.26. Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta (compliance);

27.7.27. Submeter previamente à autorização do PODER CONCEDENTE as alterações de cláusulas de seu estatuto social e, ainda, as hipóteses de fusão, cisão, incorporação ou alteração do CONTROLE societário, durante a vigência deste CONTRATO;

27.7.28. Submeter previamente à autorização do PODER CONCEDENTE, durante todo o prazo de vigência, a transferência da CONCESSÃO ou do CONTROLE acionário do CONCESSIONÁRIO.

27.7.29. É vedada a SUBCONCESSÃO do objeto contratado;

27.7.30. Apresentar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, em até 90 (noventa) dias posteriores a cada aniversário do CONTRATO, um balanço geral das atividades realizadas.

27.7.31. Contratar os seguros para os riscos relevantes e usuais da CONCESSÃO nos termos do CONTRATO, responsabilizando-se, em qualquer caso, pelos danos causados por si, seus representantes, prepostos ou subcontratados, na execução da CONCESSÃO, perante o PODER CONCEDENTE ou terceiros, no mínimo quanto a:

**27.7.31.1. Seguro de Responsabilidade Civil Geral**

Este é o seguro para a operação em ambiente urbano. Ele deve cobrir danos involuntários, corporais ou materiais, causados a terceiros decorrentes da instalação, manutenção ou queda dos equipamentos.

**a. Riscos cobertos:** Danos a pedestres ou passageiros causados por falhas na fixação dos painéis, curto-circuitos que gerem incêndios ou danos a veículos próximos durante manutenções.

**b. Extensões recomendadas:** Responsabilidade Civil de Empregador (danos aos próprios funcionários na operação) e Danos Morais.

**27.7.31.2. Seguro Garantia (Performance Bond)**





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

Exigido para garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas pelo concessionário perante o Poder Público.

**a. Finalidade:** Garante que, se o concessionário abandonar a instalação ou não realizar a manutenção dos horários de chegada/partida conforme o edital, a seguradora indenizará a administração pública ou garantirá a conclusão do serviço.

**b. Base Legal:** Comumente fundamentado na [Lei nº 14.133/2021](#) (Nova Lei de Licitações) e/ou na [Lei nº 8.987/1995](#) (Lei das Concessões).

**27.7.31.3. Seguro de Riscos de Engenharia (Fase de Instalação)**

Essencial para o período inicial de implementação dos PMVs.

**a. Riscos cobertos:** Danos físicos ocorridos durante as obras de instalação, como erros de montagem, quebra de equipamentos no manuseio, ou danos à infraestrutura existente (ex: calçadas, postes de iluminação ou terminais).

**27.7.31.4. Seguro de Danos Materiais (Riscos Nomeados/Operacionais)**

Protege o patrimônio objeto da concessão (os próprios painéis) contra riscos externos.

**a. Riscos cobertos:** Incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos (crucial para eletrônicos), vendaval e, especialmente, **vandalismo e colisão de veículos** contra as estruturas.

**b. Importância:** Como o serviço de informação de horários é essencial, o seguro garante recursos para a reposição rápida de equipamentos danificados, mantendo a continuidade do serviço público.

**27.7.31.5. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional**

Embora menos comum em mobiliário simples, torna-se relevante se o concessionário for responsável pela gestão dos dados e integração tecnológica dos horários de ônibus.

**a. Finalidade:** Cobre perdas financeiras decorrentes de erros ou omissões na transmissão de informações críticas que possam causar prejuízos sistêmicos à operação do transporte.

27.7.32. Manter vigente a GARANTIA DE EXECUÇÃO contratual e os seguros necessários, nos termos dispostos neste CONTRATO DE CONCESSÃO;

27.7.33. Entregar ao PODER CONCEDENTE cópia das apólices de seguros e comprovantes de pagamento de prêmios, bem como das suas eventuais renovações, nos termos do CONTRATO;

27.7.34. Transmitir gratuitamente ao PODER CONCEDENTE ao final do CONTRATO todos os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos da CONCESSÃO, os direitos sobre marcas relacionadas à



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

CONCESSÃO, bem como projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais necessários para o desempenho das atividades da CONCESSÃO.

27.7.35. Comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, impeçam ou venham a impedir a normal execução do OBJETO;

27.7.36. Obter, quando aplicável, todas as licenças, permissões e autorizações exigidas para a plena execução do OBJETO da CONCESSÃO, devendo se responsabilizar por todas as providências necessárias para a sua obtenção junto aos órgãos competentes nos termos da legislação vigente e arcando com todas as despesas e custos envolvidos;

27.7.37. Manter atualizadas todas as licenças, alvarás e autorizações, sempre que aplicáveis, junto aos órgãos responsáveis;

27.7.38. Informar ao PODER CONCEDENTE caso quaisquer licenças, permissões ou autorizações para a plena execução do OBJETO da CONCESSÃO sejam retiradas, revogadas ou caducarem, ou, por qualquer motivo, deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, as medidas que tenham sido e/ou que serão tomadas para a sua obtenção;

27.7.39. Cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança, higiene e do trabalho, cabendo à fiscalização aos órgãos municipais, estaduais e federais;

27.7.40. Responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pelos serviços subcontratados;

27.7.41. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;

27.7.42. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;

**27.8. O CONCESSIONÁRIO, sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável e no CONTRATO, terá direito a:**

27.8.1. Explorar o OBJETO da CONCESSÃO com ampla liberdade empresarial e de gestão de suas atividades, observadas as limitações e condicionantes fixadas no CONTRATO e na legislação aplicável, e observada, para CONTRATOS e quaisquer tipos de acordos ou ajustes celebrados pelo CONCESSIONÁRIO com quaisquer TERCEIROS, a conformidade com as condições de mercado;

27.8.4. Fazer jus à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do CONTRATO;

27.8.5. Subcontratar terceiros para o desenvolvimento de atividades relacionadas à execução do OBJETO, nos termos da legislação e do CONTRATO;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

27.8.6. Ter o **direito de receber respostas, autorizações ou definições** do PODER CONCEDENTE dentro do tempo estipulado em contrato, garantindo celeridade e segurança jurídica.

## **27.9. TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO**

27.9.1. O TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO marcará o término da implementação dos 162 PMVs, 50 MUIs e 50 REDs, equipamentos integrantes desta CONCESSÃO, bem como dos demais equipamentos e acessórios necessários para a perfeita funcionalidade do conjunto, em conformidade com o ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e demais anexos.

27.9.2. Finda a execução do PLANO DE IMPLANTAÇÃO, obedecidos os termos e prazos estipulados no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar ao PODER CONCEDENTE a realização de vistoria, que será efetuada, em conjunto, pelas PARTES, por meio de representantes especialmente designados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

27.9.3. Uma vez realizada a vistoria, será formalizada, pelo PODER CONCEDENTE, a aceitação das instalações relacionadas aos PMVs, MUIs, REDs, e demais equipamentos contidos no PLANO DE IMPLANTAÇÃO, dentro de até 15 (quinze) dias, mediante TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO.

27.9.4. Caso o PODER CONCEDENTE constate alguma irregularidade, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 15 (quinze) dias para implementar as correções e/ou complementações apontadas.

27.9.5. Uma vez finalizadas as eventuais correções e/ou complementações mencionadas na subcláusula anterior, deverá o PODER CONCEDENTE realizar nova vistoria, no prazo de até 05 (cinco) dias, e exarar o TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO.

27.9.6. O início da operação e exploração publicitária, pela CONCESSIONÁRIA dos PMVs, MUIs e REDs implementados, uma vez que já previamente licenciados, não dependerá da emissão do TERMO DE CONCLUSÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO, sem prejuízo da eventual aplicação das penalidades correspondentes no caso de descumprimento do CONTRATO.

## **27.10. ALOCAÇÃO DE RISCOS**

27.10.1. Alocação de Riscos, designa um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra.

27.10.2. O contratado é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.

27.10.3. Os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado serão alocados como de sua responsabilidade (Contratada) na Matriz de Riscos.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

27.10.4. O contratado não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do contrato, cuja responsabilidade é do contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.

27.10.5. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra.

27.10.6. Pelo serviço executado de forma discrepante com o objeto obriga-se o Contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, de conformidade com o notificado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e no Contrato, o desempenho de qualquer trabalho em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

27.10.7. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

27.10.8. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação de empregados que preencherem as referidas vagas.

27.10.9. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à CONCESSÃO, salvo disposição expressa em contrário no CONTRATO.

27.10.10. A CONCESSIONÁRIA deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene de qualquer demanda ou prejuízo que o PODER CONCEDENTE venha a sofrer em virtude de atos praticados pela CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, subcontratados e terceiros com quem ela tenha contratado ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.

27.10.11. A CONCESSIONÁRIA também deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE a salvo de despesas processuais, honorários sucumbenciais e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, ele venha a arcar em razão das hipóteses previstas no item anterior.

27.10.12. Na ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, cujas consequências não sejam cobertas por seguro disponível no mercado securitário brasileiro e em condições comerciais viáveis, as PARTES acordarão se haverá lugar à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou à extinção da CONCESSÃO, tendo-se por base as consequências dos eventos para a continuidade do CONTRATO.

27.10.12.1. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO, nos termos do disposto na Cláusula 27.10.12, aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO por advento do termo contratual, conforme CONTRATO.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

27.10.13. As PARTES comprometem-se a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

**27.11. RISCOS ASSUMIDOS PELA CONCESSIONÁRIA**

27.11.1. São riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA, que não ensejarão o reequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO:

- a)** variação e custos ordinários de insumos, custos operacionais, de manutenção e investimentos, inclusive em razão de flutuação cambial e de variação na tarifa de energia elétrica;
- b)** erro em seus projetos e obras, nas suas estimativas de custos, de gastos e/ou decronograma, as falhas na prestação dos serviços e atividades e os erros ou falhas causadas pela CONCESSIONÁRIA ou pelos seus subcontratados;
- c)** não efetivação das receitas ou do retorno econômico estimados quando da apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL;
- d)** obtenção de licenças, permissões e autorizações relacionadas às atividades da CONCESSÃO;
- e)** atraso, comprovadamente decorrente de ato ou fato exclusivo da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos prazos estabelecidos neste CONTRATO e seus ANEXOS;
- f)** instalação, operação e manutenção dos PMV's, MUPI's, RED's e demais equipamentos associados, nos termos deste CONTRATO e, em especial, do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- g)** segurança e a saúde dos trabalhadores que estejam a ela subordinados na exploração da CONCESSÃO e/ou seus subcontratados;
- h)** aumento dos custos de financiamentos assumidos para a realização de investimentos ou para custeio da exploração da CONCESSÃO, inclusive em razão do aumento de taxas de juros;
- i)** qualidade na prestação dos SERVIÇOS e atividades atinentes à CONCESSÃO, bem como o atendimento às especificações técnicas dos SERVIÇOS;
- j)** prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente por culpa da CONCESSIONÁRIA, de seus empregados, prestadores de serviços, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades previstas no CONTRATO e seus ANEXOS;
- k)** atualidade, segurança, robustez e o pleno funcionamento das tecnologias, dos equipamentos e das técnicas empregadas na exploração da CONCESSÃO;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

- l)** perecimento, destruição, roubo, furto, vandalismo, depredação, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO;
- m)** riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, inclusive para as hipóteses de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, bem como a variação no seu preço;
- n)** encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO, incluída a elevação do custo de mão-de-obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO;
- o)** greves ou paralisações realizadas por empregados contratados pela CONCESSIONÁRIA, pelas suas subcontratadas ou pelas prestadoras de serviços à CONCESSIONÁRIA;
- p)** realização e o pagamento de eventuais ajustes e adequações necessárias para o cumprimento das diretrizes mínimas estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS;
- q)** custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA ou subcontratadas decorrentes da execução do OBJETO da CONCESSÃO, salvo se por fato imputável ao CONCEDENTE;
- r)** manifestações sociais e/ou públicas que comprometam a execução do OBJETO da CONCESSÃO ou que acarretem danos aos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO;
- s)** ocorrência de interrupção ou falha do fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados e os atrasos daí decorrentes;
- t)** incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos serviços;
- u)** qualquer atraso na conclusão do PLANO DE IMPLANTAÇÃO que ultrapasse o prazo limite disposto no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, ressalvado o disposto na cláusula 27.1.1 alínea “d”;
- v)** as ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas na organização operacional e programação dos serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA;

27.11.2. O PODER CONCEDENTE poderá, anualmente e a seu exclusivo critério, determinar a alteração da localização dos PMV's instalados, desde que respeitado o limite máximo de 5% (cinco por cento) ao ano do quantitativo total de PMV's previsto no Contrato.

27.11.3. O novo local indicado pelo PODER CONCEDENTE para a realocação do(s) PMV(s) deverá apresentar condições técnicas adequadas para sua instalação. Caso tais condições não sejam atendidas, a CONCESSIONÁRIA poderá recusar a instalação mediante





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

justificativa técnica fundamentada ou, alternativamente, viabilizá-la assumindo os custos necessários para adequação do local.

27.11.4. Na hipótese de determinação de alteração que exceda o percentual estabelecido na Cláusula 27.11.2, a CONCESSIONÁRIA poderá cobrar pelo serviço executado, desde que o valor orçado seja previamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

**27.12. RISCOS NÃO ASSUMIDOS PELA CONCESSIONÁRIA**

27.12.1. Não são riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, dando ensejo ao procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses de incremento ou redução dos custos por ela incorridos, aqueles relacionados:

- a)** à disponibilidade desembaraçada do espaço para instalação dos mobiliários urbanos constantes do PLANO DE IMPLANTAÇÃO aprovado;
- b)** à criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, e as alterações normativas municipais relacionadas à exploração publicitária, após a apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, quando comprovado seu impacto, ressalvados os impostos sobre a renda;
- c)** a decisões judiciais ou administrativas que diretamente impactem ou onerem, impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de explorar integral ou parcialmente o OBJETO da CONCESSÃO, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA houver dado causa à situação sobre a qual estiverem fundadas referidas decisões;
- d)** a atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE ou de demais órgãos ou entidades do Município de São José dos Campos, desde que comprovada a regularidade formal, a tempestividade e a adequação dos requerimentos e solicitações encaminhados pela CONCESSIONÁRIA, e desde que os órgãos ou entidades competentes provocadas deixem de observar o prazo regulamentar a eles conferido para a respectiva manifestação;
- e)** à imposição, pelo PODER CONCEDENTE, de novas obrigações, ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no CONTRATO que provoque impacto nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA;
- f)** aos investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes de eventuais desapropriações e instituição de servidões administrativas determinadas pelo PODER CONCEDENTE, na forma da lei;
- g)** à greve dos funcionários e empregados do PODER CONCEDENTE que comprovadamente impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de explorar integral ou parcialmente o OBJETO da CONCESSÃO;
- h)** à alteração do rol de BENS REVERSÍVEIS em favor ao PODER CONCEDENTE.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

**28. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

**28.1. MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

28.1.1. Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e mantida a alocação de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

28.1.2. Nenhuma PARTE fará jus à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.

28.1.2.1. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das PARTES sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que, comprovadamente, promova desbalanceamento do equilíbrio econômico e financeiro do CONTRATO.

28.1.2.2. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO e restringe-se à neutralização dos efeitos econômicos e financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado no CONTRATO, considerando-se, para o atingimento da neutralização pretendida, os efeitos econômico-financeiros, tributários e contábeis decorrentes da medida de reequilíbrio eleita.

28.1.2.3. Reputar-se-á como desequilibrado o CONTRATO também nos casos em que qualquer das PARTES aufera benefícios em decorrência do descumprimento ou atraso no cumprimento das obrigações a ela atribuídas.

28.1.2.4. Também reputar-se-á desequilibrado o CONTRATO nas hipóteses em que houver atribuição ao CONCESSIONÁRIO de obrigações originalmente alocadas ao PODER CONCEDENTE, ou, ainda, atribuição ao PODER CONCEDENTE, de obrigações originalmente alocadas ao CONCESSIONÁRIO.

28.1.2.5. Diante da materialização de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO com relação à parcela do desequilíbrio pleiteado cuja exata medida for comprovada pelo pleiteante, ainda que valendo-se de estimativas para demonstrar o efetivo impacto do evento quando inexistir dados que permitam sua precisa mensuração.

28.1.2.6. Para além das hipóteses previstas na subcláusula 28.1.2, também será cabível a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na hipótese de modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se efetiva alteração dos custos ou da RECEITA do CONCESSIONÁRIO, para mais ou para menos.

28.1.2.7. Não ensejarão o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, os INVESTIMENTOS OPCIONAIS, ainda que tenham sido aprovados pelo PODER CONCEDENTE.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

28.1.3. Na interpretação e aplicação de toda e qualquer situação, no âmbito deste CONTRATO, na qual seja necessária a avaliação acerca da PARTE à qual tenha sido alocado determinado risco inerente à CONCESSÃO, é necessário que se considere o regramento contratual de forma abrangente e contextualizada, de modo que os riscos alocados contratualmente sejam compreendidos como gêneros e suas derivações, e detalhamentos ou espécies deverão ser consideradas como parte integrante do referido risco analisado.

28.1.3.1. As PARTES concordam que na avaliação abrangente dos riscos alocados contratualmente a cada uma das PARTES, na forma do item 28.1.3, acima, considerar-se-ão como integrantes de um mesmo risco as situações semelhantes, entendidas como aquelas nas quais haja equivalência de natureza ou características, assim como nas quais haja similaridade em relação às condições de enfrentamento e mitigação do referido risco em análise, em relação a riscos previstos expressamente no texto deste CONTRATO.

28.1.3.2. Os riscos cuja alocação seja extraída do disposto no item 28.1.3, ainda que indiretamente, são considerados, para todos os fins, como riscos originalmente alocados nos termos do CONTRATO, devendo a PARTE à qual foi alocado o risco assumir todos os seus efeitos e lidar com sua eventual materialização.

28.1.3.3. As disposições do item 28.1.3 não poderão, em nenhuma hipótese, ser interpretadas ou aplicadas com a finalidade de alterar a alocação de riscos originais do CONTRATO, compreendida como a alocação de riscos expressa no item 27.7.

## **28.2. DA IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS ENSEJADORES DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

28.2.1. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por qualquer uma das PARTES, sendo que à PARTE pleiteante caberá a demonstração tempestiva da ocorrência e identificação de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.2.1.1. A PARTE pleiteante deverá identificar o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e comunicar a outra PARTE em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua materialização, com vistas a resguardar a contemporaneidade das relações contratuais, bem como possibilitar o adequado manejo das consequências do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.2.1.2. Nos casos em que houver a identificação de vício oculto pela PARTE pleiteante, o prazo identificado na subcláusula 28.2.1.1, acima, será contado a partir da data em que deveria ter sido constatado o defeito oculto, considerando a execução das obrigações contratuais.

28.2.1.3. No prazo previsto na subcláusula 28.2.1.1, acima, a PARTE pleiteante deverá comunicar à outra PARTE a ocorrência do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO identificado, ainda que indicando valores provisórios e estimativas sujeitas a revisão, sem prejuízo da possibilidade de complementação da instrução do processo posteriormente a este prazo, nas hipóteses em que o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO perdurar por longo período de tempo, ou, por qualquer outra razão, não se mostrar possível a



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

apresentação do pedido de recomposição instruído com todos os documentos exigidos na subcláusula 21.5.1 ou 28.6.1.

### **28.3. DAS MODALIDADES PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO**

28.3.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será efetivada, de comum acordo entre as PARTES, mediante as seguintes modalidades:

- a. Prorrogação ou redução do PRAZO DA CONCESSÃO;
- b. Revisão dos encargos e obrigações assumidos pelo CONCESSIONÁRIO, incluindo o percentual destinado aos encargos acessórios, desde que preservados os parâmetros de qualidade mínimos nos INVESTIMENTOS e nos SERVIÇOS prestados aos USUÁRIOS;
- c. Revisão dos prazos para execução dos INVESTIMENTOS;
- d. Pagamento de indenização em dinheiro, em uma ou mais parcelas;
- e. Dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais;
- f. Assunção, por uma PARTE, de custos atribuídos pelo CONTRATO à outra PARTE;
- g. Exploração de RECEITAS para além do PRAZO DA CONCESSÃO;
- h. Combinação de 02 (duas) ou mais modalidades anteriores ou outras permitidas pela legislação;
- i. Adoção de quaisquer outros mecanismos ou instrumentos jurídicos, financeiros ou operacionais, que se revelem técnica, econômica e juridicamente viáveis, necessários e adequados ao efetivo restabelecimento da equação econômico- financeira original do CONTRATO, desde que devidamente fundamentados e pactuados de comum acordo entre as PARTES.

28.3.2. As alternativas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista neste CONTRATO.

28.3.2.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será formalizada em Termo Aditivo ao presente CONTRATO.

28.3.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme previsão do art. 136, da Lei Federal nº 14.133/2021.

28.3.2.3. A prorrogação automática pelo tempo correspondente poderá ser modificada por acordo entre as PARTES, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro.

### **28.4. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APURAÇÃO DOS DESEQUILÍBRIOS PLEITEADOS**

28.4.1. Na avaliação do pleito, iniciado por requerimento do CONCESSIONÁRIO ou



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

do PODER CONCEDENTE, as PARTES poderão, a qualquer tempo, contratar laudos técnicos e/ou econômicos específicos.

28.4.1.1. A critério da PARTE demandada, poderá ser realizada, por intermédio de entidade especializada e com capacidade técnica notoriamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com a devida participação das PARTES e com a transparência que lhes permita, diretamente ou por entidade equivalente, o contraditório técnico, sendo os custos assumidos pela PARTE que houver contratado a entidade especializada, independentemente do resultado do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro.

28.4.2. O PODER CONCEDENTE, ou quem por ele indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações do CONCESSIONÁRIO ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado pelo CONCESSIONÁRIO em eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado.

## **28.5. DOS PLEITOS DE INICIATIVA DO CONCESSIONÁRIO**

28.5.1. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado pelo CONCESSIONÁRIO, deverá ser realizado por meio de requerimento fundamentado e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto aos seguintes elementos:

28.5.1.1. Identificação precisa do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, acompanhada, quando pertinente, de evidência de que a responsabilidade está alocada ao PODER CONCEDENTE.

28.5.1.2. Solicitação, se o caso, de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, desde que demonstrado o potencial comprometimento da solvência ou continuidade da execução/prestação dos serviços do CONCESSIONÁRIO decorrente da materialização do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.5.1.3. Será demonstrado o potencial comprometimento da solvência da execução/prestação dos serviços do CONCESSIONÁRIO, entre outras hipóteses que deverão ser avaliadas pelo PODER CONCEDENTE, quando, em decorrência da materialização de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE ou circunstâncias não imputáveis ao CONCESSIONÁRIO:

- a.** houver risco de descumprimento iminente de obrigações, vencimento antecipado ou aceleração do vencimento nos financiamentos contratados junto aos FINANCIADORES; ou
- b.** ocorrer um ou mais EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO com impacto agregado superior a 5% (cinco por cento) na RECEITA acumulada nos 12 (doze) meses anteriores à materialização do(s) evento(s); ou
- c.** ocorrer a materialização de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO nos 2 (dois) primeiros anos da CONCESSÃO.

28.5.1.4. Quantitativos dos desequilíbrios efetivamente identificados no fluxo de caixa, com





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

a data de ocorrência de cada um deles, ou a estimativa, em caso de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, para o cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na forma do item 28.8.1 e seguintes, a depender do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.5.1.5. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pelo CONCESSIONÁRIO, decorrentes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo os regimes contábil e tributário aplicáveis às RECEITAS ou custos supostamente equilibrados.

28.5.1.6. Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO sobre o fluxo de caixa do CONCESSIONÁRIO.

28.5.2. Diante do pleito apresentado pelo CONCESSIONÁRIO, o PODER CONCEDENTE deverá, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, manifestar-se a respeito do cabimento do pleito, bem como avaliar se o procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO poderá ser processado de forma extraordinária.

28.5.2.1. No prazo indicado na subcláusula 28.5.2, anterior, o PODER CONCEDENTE poderá, a seu critério, diligenciar ao CONCESSIONÁRIO para complementação de informações ou consultar outros órgãos cuja manifestação seja necessária.

28.5.2.2. Na hipótese a que se refere a subcláusula 28.5.2.1, anterior, o prazo previsto na subcláusula 26.5.2 será interrompido, iniciando-se após o retorno da diligência ou manifestação requerida.

28.5.2.3. Quando não apresentada pelo CONCESSIONÁRIO a justificativa de urgência no tratamento do evento de desequilíbrio, ou quando não acolhida pelo PODER CONCEDENTE a justificativa apresentada na forma da Cláusula 28.5.1.2, o evento de desequilíbrio deverá ser tratado na revisão ordinária subsequente.

28.5.3. A superação do prazo previsto na Cláusula 28.5.2 ou 28.5.2.2 não implicará em aceitação tácita ou concordância com o pleito, servindo apenas para constituir o PODER CONCEDENTE em mora, observado o disposto na Cláusula 28.5.1.

28.5.4. No decorrer da análise dos pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, pelo PODER CONCEDENTE, ficam mantidas integralmente todas as obrigações do CONCESSIONÁRIO.

28.5.4.1. Decorrido o prazo previsto na subcláusula 28.5.2 e não sendo encontrada solução amigável, ou ainda, em caso de discordância quanto a necessidade de recomposição ou quanto aos valores e/ou demais dados indicados, as PARTES poderão recorrer aos procedimentos previstos nos mecanismos dispostos a partir do item 28.6 – SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

**28.6. DOS PLEITOS DE INICIATIVA DO PODER CONCEDENTE**





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

28.6.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciada pelo PODER CONCEDENTE deverá ser objeto de notificação ao CONCESSIONÁRIO, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes, incluindo, se o caso, a proposição de processamento do pleito em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, motivada pelo relevante impacto potencial da recomposição sobre a CONCESSÃO.

28.6.1.1. Recebida a notificação sobre o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, o CONCESSIONÁRIO terá 60 (sessenta) dias para apresentar manifestação fundamentada quanto ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO apresentado pelo PODER CONCEDENTE em notificação, sob pena de consentimento tácito do pedido, cabendo-lhe, ainda, no mesmo prazo, manifestar-se a respeito da proposição de processamento do pedido em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

28.6.1.2. O prazo previsto na Cláusula 28.6.1.1 poderá, por decisão fundamentada, excepcionalmente, ser prorrogado única vez, por igual período, considerando a eventual necessidade de dilação probatória e a complexidade das provas a serem produzidas.

28.6.1.3. Em consideração à resposta do CONCESSIONÁRIO ao pedido do PODER CONCEDENTE, este terá 30 (trinta) dias para avaliar o cabimento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e de seu eventual processamento em sede da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

## **28.7. DOS EVENTOS OU MOTIVOS QUE NÃO ENSEJAM DESEQUILÍBRIO DO CONTRATO**

28.7.1. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do CONCESSIONÁRIO nas seguintes hipóteses:

- a. Quando os prejuízos sofridos derivarem da ocorrência de negligência, imprudência, imperícia, inépcia ou omissão na exploração econômica da CONCESSÃO e no tratamento dos riscos a ela alocados;
- b. Quando, de qualquer forma e em qualquer medida, o CONCESSIONÁRIO tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio; ou
- c. Quando a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte do CONCESSIONÁRIO não ensejar comprovado impacto nas condições contratuais e não acarretar comprovado prejuízo decorrente do desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO.

28.7.1.1. Não caberá, durante o prazo da CONCESSÃO, qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por conta de diferenças de quantidades ou alegação de desconhecimento das atividades previstas no objeto deste CONTRATO, em especial aquelas decorrentes de fatores que possam ser identificados e solucionados pelas técnicas conhecidas à época da proposta.

28.7.2. As PARTES deverão envidar seus melhores esforços para evitar a ocorrência dos eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou,



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

quando não for possível evitá-los, para minimizar seus impactos.

28.7.3. Uma vez verificada a materialização de quaisquer dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO associados aos riscos do CONCESSIONÁRIO e do PODER CONCEDENTE), as PARTES deverão, na medida do possível, negociar de boa-fé as medidas apropriadas à mitigação das perdas causadas pelo EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, que deverão ser consideradas na mensuração do desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

28.7.4. Caso o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO de que trata a Cláusula 28.7.2, acima, requeira a tomada de providências imediatas, ou caso as PARTES não logrem êxito na negociação de medidas de mitigação acima referidas, as PARTES deverão tomar as medidas razoáveis que estejam a seu alcance para mitigar as perdas causadas pelo EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, que deverão ser consideradas na mensuração do desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

28.7.4.1. Para os fins da Cláusula 28.7.4, consideram-se medidas razoáveis, no caso do CONCESSIONÁRIO, aquelas esperadas de uma empresa atuando de forma diligente em situações similares.

28.7.4.2. Caso fique comprovado que a PARTE deixou de tomar as medidas mitigatórias de perdas a que se referem as Cláusulas 28.7.2 e 28.7.3, observado o disposto na Cláusula 28.7.4, o valor das perdas que, de forma comprovada, poderiam ter sido evitadas caso tais medidas fossem tomadas, será descontado dos valores devidos pela outra PARTE a título de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro.

28.7.5. Caso fique comprovado que mais de uma PARTE tenha concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do evento de desequilíbrio, pela negligência, inépcia ou omissão de ambas as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá considerar apenas o valor do prejuízo que a PARTE prejudicada não tenha causado.

## **28.8. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

28.8.1. Por ocasião de cada REVISÃO EXTRAORDINÁRIA ou cada REVISÃO ORDINÁRIA, serão contemplados conjuntamente os pleitos de ambas as PARTES considerados cabíveis, de forma a viabilizar a compensação dos impactos econômico-financeiros positivos e negativos decorrentes dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, respeitada a alocação de riscos prevista neste CONTRATO.

28.8.2. A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor de uma das PARTES deverá necessariamente considerar eventuais impactos em favor da outra PARTE.

28.8.3. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO como um todo, ou em relação a determinado EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, será realizada de forma a se obter o Valor Presente Líquido dos saldos do Fluxo de Caixa igual a zero, considerando-se a Taxa de Desconto prevista para cada EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, conforme determinado neste Contrato.

28.8.3.1. Na ocorrência de quaisquer EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, a recomposição



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

do equilíbrio econômico-financeiro dar-se-á por meio da elaboração do fluxo de caixa marginal, considerando:

**I** - os fluxos de caixa marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem o respectivo EVENTO DE DESEQUILÍBRIO;

**II** - os fluxos de caixa marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;

**III** - a Taxa de Desconto calculada conforme previsto na Cláusula 28.8.3.

28.8.3.1.1. Os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO consistentes em INVESTIMENTOS ADICIONAIS considerarão, para cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a Taxa de Desconto calculada, conforme a Cláusula 28.9.1.3, na data da assinatura do respectivo termo aditivo, bem como os custos pactuados neste instrumento.

28.8.3.1.2. Todas as demais hipóteses de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO considerarão, para cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a Taxa de Desconto calculada para a data em que materializado o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, conforme previsto na Cláusula 28.9.1.3.

28.8.3.1.3. Na ocorrência de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, disciplinado pela Cláusula 21.8.3.1, que se estenda por mais de um ano, será considerada, para cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a Taxa de Desconto de que trata a Cláusula 28.9.1.3, calculada para o ano contratual em que inicialmente materializado o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, que será aplicada a todo o período do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.8.4. A cada recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será definida a Taxa de Desconto daquele cálculo, definitiva para todo o prazo da CONCESSÃO, de acordo com as taxas vigentes para os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO nela considerados.

## **28.9. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR FLUXO DE CAIXA MARGINAL**

28.9.1. Para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO descritos na Cláusula 28.8.3.1, os seguintes procedimentos deverão ser observados na elaboração do Fluxo De Caixa Marginal.

28.9.1.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o Valor Presente Líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando, na mesma data base:

**I** - os fluxos de caixa marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição;

**II** - os fluxos de caixas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

28.9.1.1.1. Para fins de cálculo do Valor Presente Líquido dos fluxos de caixa marginais calculados, ocorre incidência da Taxa de Desconto a cada novo ano contratual. Se o início



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

de cada ano contratual não coincidir com o 1º dia do mês, para fins de incidência da Taxa de Desconto, considerar-se-á o 1º dia do mês subsequente.

28.9.1.2. Para fins de determinação dos fluxos de caixa dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para retratar as reais e efetivas condições atuais, para estimar o valor dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, custos e despesas, bem como eventuais RECEITAS e outros ganhos, resultantes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.9.1.2.1. O CONCESSIONÁRIO deverá apresentar estimativas da medida do desequilíbrio, mesmo nos casos em que o pleito seja de iniciativa do PODER CONCEDENTE, utilizando, para tanto, as melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito.

28.9.1.2.2. Ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 28.8.3.1, a informação deve, preferencialmente, ter fundamento nas bases de preços públicos vigentes, ou outro documento que venha a substituí-las e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do PODER CONCEDENTE, das projeções realizadas nos estudos que embasaram a CONCESSÃO ou outros parâmetros, por exemplo os utilizados e publicados em revistas de engenharia nacionais e internacionais.

28.9.1.2.3. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar que o CONCESSIONÁRIO demonstre que os valores necessários para realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS serão calculados com base em valores de mercado considerando o custo global de obras ou atividades semelhantes no Brasil ou com base em sistemas de custos que utilizem como insumo valores de mercado do setor específico do projeto, aferidos, em qualquer caso, mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica.

28.9.1.3. A Taxa de Desconto real anual a ser utilizada no cálculo do Valor Presente de que tratam as Cláusulas 28.8.3.1.1 a 28.8.3.1.3 será composta pela média dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ com juros Semestrais (NTN-B) ou, na ausência deste, outro que o substitua, ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento em 2050 ou vencimento mais compatível com a data do termo contratual, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada no início de cada ano contratual, acrescida de um prêmio de risco 7,40% (sete inteiros e quarenta centésimos por cento).

## **28.10. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

28.10.1. Nas hipóteses de recomposição do equilíbrio do CONTRATO por meio de prorrogação do PRAZO DA CONCESSÃO, a metodologia para aferição de receitas e despesas para o prazo estendido considerará o disposto nesta Cláusula.

28.10.1.1. Para a projeção de RECEITAS e definição de entrada de caixa, será feita, a partir dos dados reais de demanda de USUÁRIOS no momento do cálculo, a projeção de demanda para as ÁREAS DA CONCESSÃO e suas UNIDADES GERADORAS DE CAIXA, que deverá ser multiplicada pelos valores médios praticados na CONCESSÃO,



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

considerados os 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data em questão, obtendo-se, assim, as estimativas de RECEITAS do CONCESSIONÁRIO nas ÁREAS DA CONCESSÃO.

28.10.1.2. Para realização das projeções aqui referidas, dever-se-á considerar a forma de exploração de cada uma das UNIDADES GERADORAS DE CAIXA pelo CONCESSIONÁRIO, devendo ser adotado, como limite para a retroação, a data de entrada em operação da última das UNIDADES GERADORAS DE CAIXA, ou a data de entrada em operação do último investimento realizado pelo CONCESSIONÁRIO ou por terceiros que tenha proporcionado variação significativa nas RECEITAS ou custos associados à CONCESSÃO.

28.10.1.3. Para o cálculo da projeção de custos e despesas do CONCESSIONÁRIO e definição do fluxo de saída de caixa, contados a partir do prazo inicial do fluxo de caixa marginal, incluindo as extensões de prazo já formalizadas, serão considerados, para efeito de apuração do prazo a ser estendido:

28.10.1.3.1. Os valores relativos aos custos e despesas contabilizados pelo CONCESSIONÁRIO nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data base do fluxo de caixa, adotando-se, como limite para tal retroação a data de entrada em operação da última das UNIDADES GERADORAS DE CAIXA, ou a data de entrada em operação do último investimento realizado pelo CONCESSIONÁRIO ou por terceiros que tenha proporcionado variação significativa nas RECEITAS ou custos associados à CONCESSÃO; e

28.10.1.3.2. A média dos valores servirá como base para extensão do PRAZO DA CONCESSÃO, não sofrendo variações ou qualquer tipo de alteração.

28.10.1.4. Os custos e as despesas relativos à conservação e manutenção dos eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS, bem como eventuais RECEITAS proporcionadas, também deverão ser considerados para efeito do cálculo do Fluxo de Caixa Marginal.

28.10.1.5. Os valores projetados para as RECEITAS, as despesas e os custos, serão considerados, a partir de sua fixação, como risco do CONCESSIONÁRIO, não sendo revistos ou reconsiderados em nenhuma hipótese.

28.10.1.6. Serão considerados, para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro causado por eventos outros que não alteração de legislação tributária ou contábil, os tributos e implicações contábeis de qualquer natureza que efetivamente incidirem durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, incluindo-se as extensões de prazo formalizadas, independentemente da PARTE que tenha assumido o risco de alteração da legislação tributária ou contábil.

28.10.1.7. Para efeito do Fluxo de Caixa Marginal, o cálculo de amortização e depreciação deverá ser realizado de acordo com as normas e legislação aplicáveis.

28.10.1.8. Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

### **28.11. DAS REVISÕES ORDINÁRIAS**

28.11.1. Sem prejuízo das demais previsões deste Edital e seus ANEXOS e das prerrogativas legalmente conferidas ao PODER CONCEDENTE relativamente à imposição de novas obrigações ou de alterações sobre o futuro CONTRATO, a cada 5 (cinco) anos contados da publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Município (DOM), o CONTRATO poderá ser objeto de revisão e sofrer ajustes decorrentes de comum acordo entre as PARTES em função de atualização tecnológica, desde que mantidas as características do OBJETO originalmente contratado e o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

28.11.2. Do resultado do procedimento de revisão ordinária de que trata este item poderá ser revisto o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, em benefício da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, nos termo do futuro CONTRATO.

28.11.3. Não havendo manifestação de nenhuma das PARTES em relação ao procedimento de revisão ordinária, será considerado que a CONCESSÃO não exige qualquer ajuste em seus parâmetros e condições gerais e específicos, podendo o CONTRATO se manter inalterado sem prejuízo da plena continuidade dos SERVIÇOS.

### **28.12 DAS REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS**

28.12.1. Sem prejuízo das demais previsões deste Edital e seus ANEXOS, o PODER CONCEDENTE ou a CONCESSIONÁRIA poderão solicitar a revisão extraordinária do futuro CONTRATO, sempre com vistas à regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade dos serviços da CONCESSÃO e, desde que houver necessidade comprovada de inclusão e/ou exclusão de encargos no futuro CONTRATO.

28.12.2. A solicitação por qualquer das PARTES deverá ser formalmente comunicada à outra PARTE, assegurado o direito de manifestação no âmbito do respectivo procedimento administrativo, acompanhada das razões que justifiquem a revisão pretendida, com os detalhamentos, levantamentos, estudos ou pareceres técnicos julgados pertinentes.

28.12.3. A manifestação da PARTE comunicada será apresentada no momento processual oportuno, de acordo com a complexidade da matéria e com a necessidade de análises técnicas, jurídicas e econômico-financeiras, não implicando decurso do tempo, por si só, concordância tácita, preclusão ou reconhecimento automático do direito à recomposição.

28.12.4. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado pela CONCESSIONÁRIA, observar-se-á o que segue:

- a.** o pedido deverá ser acompanhado de relatório técnico, laudo pericial e/ou estudo independente que efetivamente demonstre o impacto da ocorrência, na forma estabelecida nos itens anteriores, contemplando ainda dados como a data da ocorrência e a provável duração da hipótese ensejadora da recomposição;
- b.** o pedido deverá ser acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, podendo o PODER CONCEDENTE, se necessário, solicitar laudos econômicos específicos ou estudos da CONCESSIONÁRIA ou estudos elaborados por órgãos ou entidades da





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

Administração Pública Municipal ou, ainda, por entidades independentes;

c. o pedido, conforme o caso, deverá conter a indicação da pretensão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro numa das formas indicadas neste CONTRATO, trazendo a demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados e informando os impactos e as eventuais alternativas de balanceamento das prestações entre as PARTES.

28.12.5. O PODER CONCEDENTE terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir os dados e informações alegados no pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro apresentado.

28.12.6. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser realizada anterior ou posteriormente ao efetivo impacto do evento que der razão à situação de desequilíbrio, desde que respeitada a metodologia descrita na cláusula anterior.

28.12.7. No caso de equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ser recomposto por alterações do prazo da CONCESSÃO, deverá ser incluído no cálculo, caso haja, os custos e despesas com os reinvestimentos em decorrência da depreciação dos BENS REVERSÍVEIS.

28.12.8. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será processado mediante procedimento administrativo próprio.

28.12.8.1. A conclusão do procedimento dependerá da complexidade da matéria, da necessidade de análises técnicas, jurídicas e econômico-financeiras e da completa instrução do pedido, não implicando o decurso do tempo, por si só, reconhecimento automático do direito à recomposição.

## **29. DOS MECANISMOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS**

29.1. Na superveniência de qualquer controvérsia sobre a interpretação ou execução do CONTRATO, as PARTES poderão utilizar como mecanismo de solução:

29.1.1. Instauração de COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO, com objeto, formação, condições e limites de decisão fixados em TERMO de comum acordo, arcando cada parte com os custos decorrentes da instauração do procedimento;

29.1.2. A COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO será composta por representantes do PODER CONCEDENTE e do CONCESSIONÁRIO de forma paritária.

29.2. As PARTES deverão emendar os melhores esforços para resolver amigavelmente qualquer divergência ou conflito de interesse que venha a surgir em decorrência do presente CONTRATO, utilizando-se do princípio da boa-fé, por meio de negociação direta.

29.3. Na ocorrência de divergências ou conflito de interesse nos termos deste item, a PARTE interessada notificará por escrito a outra PARTE apresentando todas as suas alegações acerca da divergência ou conflito de interesse, devendo também ser acompanhada de sugestão para sua solução e/ou elucidação.

29.3.1. A PARTE notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

da notificação, para responder se concorda com a solução ou elucidação proposta.

29.3.2. Caso a PARTE notificada concorde com a solução ou elucidação apresentada, as PARTES darão por encerrada a divergência ou conflito de interesse e tomarão as medidas necessárias para implementar o que foi acordado.

29.3.3. Caso não concorde, a PARTE notificada deverá apresentar à outra PARTE, também no prazo de 10 (dez) dias úteis, os motivos pelos quais discorda da solução ou elucidação apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma proposta alternativa para o caso.

29.4. O procedimento de solução amigável de controvérsias previsto nesta Cláusula não é de observância compulsória nos casos urgentes, em que haja risco de perecimento do direito ou de agravamento da situação.

29.5. A adoção dos procedimentos indicados acima não exonera as PARTES de dar seguimento e cumprimento às suas obrigações contratuais, sendo dever das PARTES assegurar a continuidade da prestação dos serviços e o cumprimento dos cronogramas de obras.

29.5.1. Somente se admitirá a paralisação das obras ou dos serviços quando o objeto da divergência ou conflito de interesse implicar riscos à segurança de pessoas e/ou do empreendimento, desde que a paralisação comprovadamente configure a medida mais adequada à neutralização ou, quando esta não for possível, à mitigação do risco eventualmente existente, obtendo-se, quando possível sem comprometimento da segurança, a anuência do CONCEDENTE previamente à paralisação.

29.6. A resolução do conflito ainda poderá ocorrer por mediação, nos termos da Lei Federal nº 13.140/2015.

29.6.1. A instauração de procedimento de mediação não é condição prévia necessária para encaminhamento de conflitos/divergências ao Poder Judiciário.

29.7. A resolução do conflito ainda poderá ocorrer por meio de juízo arbitral livremente escolhido e de comum acordo entre as partes.

29.7.1. A instauração de procedimento de juízo arbitral não é condição prévia necessária para encaminhamento de conflitos/divergências ao Poder Judiciário.

### **30 – DA INTERVENÇÃO**

30.1. O PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO, a fim de assegurar a adequação da prestação do serviço do OBJETO, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nos termos do art. 32 e seguintes da Lei Federal nº 8.987/95.

30.2. Quando não justificarem a caducidade da CONCESSÃO, são situações que autorizam a decretação da intervenção pelo PODER CONCEDENTE, a seu critério e a vista do interesse público, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes:

- a. paralisação das atividades OBJETO da CONCESSÃO fora das hipóteses admitidas neste CONTRATO e sem a apresentação de razões aptas a



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

justificá-las;

- b.** situações que ponham em elevado risco o meio ambiente e a segurança de pessoas e bens;
- c.** má-administração que coloque em risco a continuidade da CONCESSÃO;
- d.** inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas dos serviços, obras e demais atividades OBJETO da CONCESSÃO, caracterizadas pelo não atendimento sistemático das obrigações previstas neste CONTRATO;
- e.** utilização de infraestrutura das ÁREAS DA CONCESSÃO para fins ilícitos;
- f.** omissão na prestação de contas ao PODER CONCEDENTE ou oferecimento de óbice à sua atividade fiscalizatória.

30.3. A intervenção far-se-á por ato do PODER CONCEDENTE, que conterá, dentre outras informações pertinentes:

- a.** os motivos da intervenção e sua justificativa;
- b.** os objetivos e os limites da intervenção; e
- c.** o nome e a qualificação do interventor.

30.3.1. O ato que decretar a intervenção designará o interventor, o prazo estimado da intervenção e os limites da medida.

30.3.2. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE instaurará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, processo administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

30.3.3. O referido processo administrativo deverá ser **obrigatoriamente concluído** no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, devendo a administração do serviço ser imediatamente devolvida ao CONCESSIONÁRIO, nos termos precisos do artigo 33 da Lei Federal 8.987/1995.

30.3.3.1. O limite de 180 (cento e oitenta) dias refere-se ao tempo limite para apuração dos fatos, e não necessariamente ao limite da intervenção em si se o processo justificar medidas extintivas ou reestruturações complexas dentro da legalidade.

30.4. A decretação da intervenção levará ao imediato afastamento dos administradores da SPE, e não afetará o curso regular dos negócios do CONCESSIONÁRIO, tampouco seu normal funcionamento.

30.5. Não será decretada a intervenção quando, a juízo do PODER CONCEDENTE, ela for considerada inócua, injustamente benéfica ao CONCESSIONÁRIO ou desnecessária.

30.6. Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que o PODER CONCEDENTE não observou os pressupostos legais e regulamentares, ou os princípios da Administração Pública, devendo a CONCESSÃO ser imediatamente devolvida ao



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

CONCESSIONÁRIO, sem prejuízo do seu direito a eventual indenização.

30.7. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, o OBJETO voltará a ser de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

30.8. As RECEITAS realizadas durante o período de intervenção serão utilizadas para cobertura dos encargos previstos para o cumprimento do OBJETO da CONCESSÃO, incluindo-se os encargos com seguros e garantias, encargos decorrentes de FINANCIAMENTO e o ressarcimento dos cursos de administração.

30.9. O eventual saldo remanescente, finda a intervenção, será entregue ao CONCESSIONÁRIO, a não ser que seja extinta a CONCESSÃO, situação em que tais valores reverterão ao PODER CONCEDENTE.

### **30.11. DA ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS PELOS FINANCIADORES**

30.11.1. O PODER CONCEDENTE poderá autorizar a assunção do controle ou a administração temporária da CONCESSIONÁRIA para seus FINANCIADORES e garantidores, visando a promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, nos termos do art. 27-A da Lei nº 8.987/1995 e alterações.

30.11.2. Nesta hipótese, o PODER CONCEDENTE exigirá dos FINANCIADORES que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, dispensando-se os requisitos de capacidade técnica e econômica.

30.11.3. A Assunção do controle ou a administração temporária não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores para com terceiros, PODER CONCEDENTE e usuários dos serviços.

## **31 – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO**

31.1. A CONCESSÃO considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

- a. o término do prazo contratual;
- b. a encampação;
- c. a caducidade;
- d. a rescisão;
- e. a anulação;
- f. a falência ou extinção do CONCESSIONÁRIO.

31.1.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam para o PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados ao CONCESSIONÁRIO, incluindo-se aqueles a ela transferidos pelo PODER CONCEDENTE, ou por ela adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO.

31.1.1. Extinta a CONCESSÃO, haverá a imediata assunção do OBJETO pelo PODER CONCEDENTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, bem como a ocupação das instalações e a utilização, pelo PODER



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

CONCEDENTE, de todos os BENS REVERSÍVEIS.

31.1.2. Extinto o CONTRATO antes do seu termo, o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, poderá:

- a. Ocupar, temporariamente, bens móveis e imóveis e valer-se de pessoal empregado na prestação das atividades consideradas imprescindíveis à continuidade da CONCESSÃO; e
- b. Manter os contratos firmados pelo CONCESSIONÁRIO com terceiros pelo prazo e condições inicialmente ajustados, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas.
- c. Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pelo CONCESSIONÁRIO.

31.1.3. Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assumirá, direta ou indiretamente e de maneira imediata, a operação da CONCESSÃO, para garantir sua continuidade e regularidade.

31.2. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração, também se extinguindo, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas no CONTRATO.

31.2.1. Quando do advento do termo contratual, e ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no CONTRATO ou aquelas que contarem com a anuência do PODER CONCEDENTE, o CONCESSIONÁRIO será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO e celebrados com terceiros, segundo as regras para cálculo e pagamento dos valores residuais, nos termos da legislação vigente, assumindo todos os ônus daí resultantes.

31.2.2. Até 06 (seis) meses antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto e com a cooperação do CONCESSIONÁRIO, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo PODER CONCEDENTE, ou por terceiro autorizado.

31.3. O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência do CONTRATO, e por motivo de interesse público, promover a encampação, nos termos da legislação e após prévio pagamento, ao CONCESSIONÁRIO, de indenização.

31.3.1. A indenização devida ao CONCESSIONÁRIO em caso de encampação cobrirá:

- a. as parcelas dos INVESTIMENTOS vinculados aos BENS REVERSÍVEIS e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento do CONTRATO;
- b. todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, FINANCIADOR(ES), contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

**c.** todas as despesas causadas pela encampação, bem como os custos de rescisão antecipada dos contratos celebrados pelo CONCESSIONÁRIO para a execução do OBJETO da CONCESSÃO.

31.3.2. O cálculo do valor da indenização dos BENS REVERSÍVEIS não amortizados será feito com base no valor contábil constante das demonstrações contábeis do CONCESSIONÁRIO, apurado segundo a legislação aplicável e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual reavaliação de ativos, salvo quando essa tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas nesse sentido do PODER CONCEDENTE.

31.3.3. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pelo CONCESSIONÁRIO ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização previstas para o caso de encampação.

31.4. Além dos casos enumerados pela Lei Federal nº 8.987/95 e dos demais casos previstos no CONTRATO, e sem prejuízo da aplicação das demais penalidades aplicáveis, como a multa, o PODER CONCEDENTE poderá promover a decretação da caducidade da CONCESSÃO nas seguintes hipóteses:

- a.** quando os serviços OBJETO do CONTRATO estiverem sendo reiteradamente prestados ou executados de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios e demais parâmetros definidos no CONTRATO e seus SUBANEXOS;
- b.** quando o CONCESSIONÁRIO descumprir reiteradamente cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares relacionadas à CONCESSÃO;
- c.** quando ocorrer desvio do CONCESSIONÁRIO de seu objeto social;
- d.** quando houver atrasos relevantes no cumprimento do prazo para conclusão das obras, iguais ou superiores a 12 (doze) meses, que levem à deterioração significativa e generalizada na qualidade dos serviços prestados;
- e.** quando houver alteração do CONTROLE acionário do CONCESSIONÁRIO, sem prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, consoante o disposto no CONTRATO;
- f.** quando o CONCESSIONÁRIO paralisar os serviços OBJETO da CONCESSÃO ou concorrer para tanto ou perder ou comprometer as condições econômicas, financeiras, técnicas ou operacionais necessárias à consecução adequada do OBJETO da CONCESSÃO;
- g.** quando o CONCESSIONÁRIO descumprir a obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro ou quando não mantiver a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos do CONTRATO;
- h.** quando o CONCESSIONÁRIO não cumprir tempestivamente as penalidades a ela impostas pelo PODER CONDECENTE, inclusive o pagamento de multas;





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

em virtude do cometimento das infrações previstas no CONTRATO;

i. quando o CONCESSIONÁRIO não atender à intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação dos serviços OBJETO da CONCESSÃO; e

j. quando o CONCESSIONÁRIO for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

31.4.1. A decretação da caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida de verificação da inadimplência do CONCESSIONÁRIO em processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

31.4.2. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados ao CONCESSIONÁRIO, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos na subcláusula anterior, dando-se um prazo razoável, nunca inferior a 05 (cinco) dias úteis, para se corrigirem, se possível, as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

31.4.3. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência contratual, a caducidade será declarada por ato do PODER CONCEDENTE, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

31.4.4. A decretação da caducidade não acarretará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação a ônus, encargos, obrigações ou compromissos com terceiros assumidos pelo CONCESSIONÁRIO, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.

31.4.5. Decretada a caducidade, a indenização ao CONCESSIONÁRIO devida pelo PODER CONCEDENTE ficará limitada às parcelas dos INVESTIMENTOS vinculados aos BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pelo CONCESSIONÁRIO.

31.5. O CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa do CONCESSIONÁRIO, no caso de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.987/95.

31.5.1. Os serviços do OBJETO não poderão ser interrompidos ou paralisados até o trânsito em julgado da sentença que decretar a rescisão do CONTRATO.

31.5.2. A indenização devida ao CONCESSIONÁRIO, no caso de rescisão judicial, será equivalente à encampação, calculada pelos mesmos critérios descritos na subcláusula 31.3.

31.6. O CONTRATO poderá ser anulado nos termos da lei, observando-se o princípio do contraditório e ampla defesa.

31.6.1. A indenização devida ao CONCESSIONÁRIO, no caso de anulação do



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

CONTRATO, será calculada na forma da subcláusula 31.3.

31.6.2. A indenização não será devida se o CONCESSIONÁRIO tiver concorrido para a ilegalidade e nos casos em que a ilegalidade lhe for imputada de forma exclusiva, caso em que a indenização a ela devida será apurada nos termos da subcláusula 31.7.

31.7. Na hipótese de extinção do CONTRATO por falência ou extinção do CONCESSIONÁRIO, a indenização ficará limitada ao valor das parcelas dos INVESTIMENTOS vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos eventualmente causados pelo CONCESSIONÁRIO.

31.7.1. Será apurado o valor da indenização devida pelos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados, desde que comprovadamente realizados com o objetivo de assegurar a continuidade e a atualização dos SERVIÇOS, nos termos da Lei nº 8.987/1995.

31.7.1.1. Do valor da indenização apurada serão deduzidos os montantes correspondentes às multas contratuais definitivamente constituídas e aos danos comprovados e quantificados causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.

31.7.1.2. Eventual saldo remanescente em favor da CONCESSIONÁRIA, após a compensação referida no item 31.7.1.1., integrará a respectiva massa falida, observada a ordem legal de preferência dos credores, nos termos da legislação aplicável.

31.7.2. O PODER CONCEDENTE poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do CONTRATO, promover nova LICITAÇÃO do serviço concedido, atribuindo à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível aos FINANCIADOR(ES) do antigo CONCESSIONÁRIO.

31.7.3. Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social do CONCESSIONÁRIO falida sem que o PODER CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os BENS REVERSÍVEIS, e sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título, observada a preferência dos credores com garantia legal.

## **32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

32.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o LICITANTE que, com dolo ou culpa:

32.1.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a LICITAÇÃO;

32.1.2. Fraudar a LICITAÇÃO;

32.1.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

32.1.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

32.1.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

32.1.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da LICITAÇÃO;

32.1.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

32.2. As hipóteses elencadas nos itens 32.1.1., 32.1.2., 32.1.3., 32.1.4. e 32.1.5., constituem rol exemplificativo, não afastando a aplicação de outras penalidades previstas na legislação aplicável, neste EDITAL ou no CONTRATO, sempre que verificada conduta que configure infração administrativa, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

32.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

32.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

32.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

32.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

32.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

32.4. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

32.5. Pela inexecução parcial ou total deste CONTRATO e de seu ANEXO ÚNICO, bem como pela inobservância da legislação e regulamentação que neles incidem, o PODER CONCEDENTE poderá, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na legislação e na regulamentação incidentes, aplicar as seguintes sanções contratuais, conforme o caso:

**a.** Advertência;

**b.** Multa pecuniária;

**c.** Impedimento de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição; e

**d.** Declaração de inidoneidade para participar de licitações e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito, por até 6 (seis) anos, ou até que seja promovida a reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

32.6. A gradação das penalidades às quais se sujeitará o CONCESSIONÁRIO observará a natureza da infração cometida, variando conforme as seguintes categorias:

**a.** Leve;

**b.** Média;

**c.** Grave; e



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

**d. Gravíssima.**

32.7. A infração será considerada leve quando decorrer de condutas não dolosas, conforme o caso, do LICITANTE ou do CONCESSIONÁRIO, das quais eles não se beneficiem economicamente, de forma direta ou indireta, e que não comprometam a prestação adequada e contínua do objeto no CERTAME ou no CONTRATO.

32.8. O cometimento de infração de natureza leve ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a.** Advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; ou
- b.** Multa, em caso de reincidência em uma mesma conduta que caracterize infração leve, dentro do período de 04 (quatro) meses consecutivos, no valor de até 0,01% (um centésimo por cento) do valor do CONTRATO.

32.9. Serão consideradas infrações leves, inclusive, mas sem limitação e desde que atendidas às condições da subcláusula 26.3, as seguintes:

- a.** O não fornecimento ou a falha no fornecimento na LICITAÇÃO ou ao PODER CONCEDENTE de quaisquer documentos ou informações relativas ou certame e em se tratando da execução do objeto, à exploração da CONCESSÃO que lhe forem solicitadas no âmbito deste CONTRATO, incluindo as demonstrações financeiras do CONCESSIONÁRIO;
- b.** Deixar de manter o INVENTÁRIO de bens atualizado.
- c.** Deixar de atender às convocações formalmente encaminhadas, durante o CERTAME, pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO e durante a execução contratual, pelo PODER CONCEDENTE.

32.10. A infração será considerada média quando decorrer de conduta dolosa, ou da qual se constate ter o licitante durante o CERTAME ou durante a execução contratual o CONCESSIONÁRIO, se beneficiados economicamente, de forma direta ou indireta.

32.10.1. O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a.** Advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e/ou
- b.** Multa no valor de até 0,1% (um décimo por cento) do valor do CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção.

32.10.2. Serão consideradas, ainda, infrações médias, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

- a.** Não apresentação imotivada do PLANO DE IMPLANTAÇÃO exigidos no CONTRATO;
- b.** Ensejar o atraso ou criar fato impeditivo para a assinatura do Contrato e



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

do TERMO DE ENTREGA DOS BENS REVERSÍVEIS.

- c.** Falha na comunicação imediata ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da realização das atividades da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO;
- d.** Na execução do Contrato, a não cooperação e apoio ao desenvolvimento das atividades de fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO;
- e.** Na execução do Contrato, desatendimento às determinações do PODER CONCEDENTE e de sua fiscalização;
- f.** Falha na obtenção das licenças e/ou autorizações emitidas pelos órgãos públicos necessárias ao cumprimento do OBJETO de que trata o EDITAL e seus ANEXOS, desde que comprovadamente por culpa do CONCESSIONÁRIO;
- g.** Cometimento de quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais previstas no EDITAL e seus ANEXOS;
- h.** Execução dos serviços em desacordo com as normas técnicas, condições e especificações contidas neste CONTRATO, independentemente da obrigação de fazer correções necessárias às suas expensas;
- i.** Não manter a proposta e não manter durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO.
- j.** Não renovar ou não comprovar os documentos de regularidade e as quitações;
- k.** Não publicar as demonstrações financeiras e contábeis periodicamente, nos termos da legislação aplicável;
- l.** Não manter uma OUVIDORIA permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS ou de terceiros afetados pela prestação dos serviços;

32.11. A infração será considerada grave quando decorrer de conduta dolosa e da qual se constate o licitante durante o certame, ou na execução contratual o CONCESSIONÁRIO, terem se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, e que envolva prejuízo econômico em detrimento do PODER CONCEDENTE.

32.11.1. O cometimento de infração grave ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a.** Multa no valor de até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e/ou
- b.** Impedimento de participar de licitações e de contratar com a Administração



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

Pública Municipal, direta ou indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição.

32.11.2. Serão consideradas infrações graves, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

- a.** Não reconstituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo e condições estabelecidas neste CONTRATO;
- b.** Falha em realizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO;
- c.** Reduzir o Capital Social da SPE sem autorização prévia do PODER CONCEDENTE.
- d.** Fazer qualquer tipo de cobrança, não autorizada pelo CONTRATO, dos USUÁRIOS.
- e.** Celebrar CONTRATO de exploração de RECEITAS ALTERNATIVAS, por prazo superior ao da Concessão.
- f.** Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.
- g.** Descumprir a obrigação de prestar os serviços de forma contínua ou de forma adequada.
- h.** Não observar a Política de Transação com PARTES RELACIONADAS.
- i.** Não refazer, adequar ou corrigir toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos.
- j.** Não cumprir exigências estabelecidas nas licenças ambientais.
- k.** Não cumprir exigências estabelecidas nas autorizações dos órgãos de defesa do patrimônio material e/ou imaterial que se façam necessárias em virtude de tombamentos impostos à área de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.
- l.** Não dar destinação ambientalmente adequada para os resíduos produzidos pelas atividades concernentes à exploração comercial dos BENS DA CONCESSÃO.
- m.** Prática, por ação ou omissão, de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos ao Município ou a terceiros, independentemente da obrigação do CONCESSIONÁRIO em reparar danos causados;
- n.** Alienar, transferir ou constituir ônus, de qualquer natureza, dos BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia do PODER CONCEDENTE.
- o.** Não cumprir, no todo ou em parte, um ou mais encargos inerentes à limpeza





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

dos mobiliários, conforme aplicável;

32.12. A infração será considerada gravíssima quando o PODER CONCEDENTE constatar, diante das características do ato praticado pelo CONCESSIONÁRIO, que suas consequências se revestem de grande lesividade ao interesse público ou à incolumidade dos USUÁRIOS, à saúde pública, ao meio ambiente, ao erário ou à própria continuidade do objeto do CONTRATO.

32.13. O cometimento de infração gravíssima ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a.** Multa no valor de até 1% (um por cento) do valor do CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção;
- b.** Impedimento de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito que deu origem à punição; e
- c.** Declaração de inidoneidade para participar de licitações e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, relativamente a todos os acionistas que exerciam o CONTROLE direto da SPE na época em que ocorrido o ato ilícito, por até 6 (seis) anos, ou até que seja promovida a reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

32.14. Serão consideradas infrações gravíssimas, inclusive, mas sem limitação, as seguintes:

- a.** Os atos ilícitos e lesivos praticados durante o certame licitatório, relacionados nos itens 32.1.2., 32.1.4. e 32.1.5.
- b.** Desistência da CONCESSÃO, recusando-se a cumprir as responsabilidades e obrigações assumidas através deste CONTRATO;
- c.** Disponibilizar para uso equipamentos sem a manutenção adequada e que causem riscos à integridade física dos USUÁRIOS;
- d.** Causar danos à integridade física dos USUÁRIOS por meio de equipamentos que estejam sem a manutenção adequada;
- e.** Não observar regras relativas à capacidade estabelecidas em normas de segurança quando da realização de eventos.
- f.** Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação aos serviços objeto do presente CONTRATO, fora das hipóteses de subcontratação previstas no CONTRATO.

32.15. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas anteriores, a reiteração, no tempo, do inadimplemento contratual pelo CONCESSIONÁRIO, conferirá ao PODER CONCEDENTE a prerrogativa de cominar multa moratória que será atualizada pelo IPC-FIPE, observados os seguintes intervalos:



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

- a.** No mínimo 0,000001% e no máximo 0,00005% do valor do CONTRATO, por dia, até a efetiva regularização da situação que caracterize infração de natureza leve ou média; e
- b.** No mínimo 0,00005% e no máximo 0,0001% do valor do CONTRATO, por dia, até a efetiva regularização da situação que caracterize infração de natureza grave ou gravíssima.

32.16. O PODER CONCEDENTE, na definição das espécies de penalidade de multa e das dosimetrias indicadas nas subcláusulas anteriores, levará em consideração as circunstâncias de cada caso, de maneira motivada, observando, sempre, a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de USUÁRIOS atingidos, o prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

32.17. Por circunstâncias atenuantes, considera-se:

- a.** Reconhecimento da prática da infração por parte do CONCESSIONÁRIO mediante comunicação ao PODER CONCEDENTE, anteriormente à ciência deste quanto ao fato;
- b.** Adoção voluntária de providências eficazes para evitar ou amenizar as consequências da infração antes de proferida a decisão confirmando a aplicação da sanção; e
- c.** Inexistência de aplicação definitiva de sanções nos 12 (doze) meses anteriores à data do cometimento da infração em julgamento.

32.18. Por circunstâncias agravantes, considera-se:

- a.** Reincidência no cometimento da infração, após ter sido penalizada em processo administrativo anterior, considerando-se o período de 5 (cinco) anos entre o cometimento das infrações;
- b.** Recusa em adotar medidas ou colaborar para reparação dos efeitos da infração;
- c.** Exposição de USUÁRIOS ao risco de integridade física;
- d.** Destruição de bens públicos; e
- e.** Ocultação de situação e/ou fatos que possam comprometer os bens públicos ou colocar em risco os USUÁRIOS.

32.19. A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito do CONCESSIONÁRIO, devendo o PODER CONCEDENTE assegurar a devolução, pelo CONCESSIONÁRIO, ou a neutralização de toda e qualquer vantagem obtida com a perpetração da infração, podendo, para tanto, executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO e/ou adotar as demais medidas administrativas e judiciais pertinentes.

32.20. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

32.21.1. As sanções de multa e impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente, garantindo-se que o valor total das multas não ultrapasse o limite de 30% do valor do contrato, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

32.22. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

32.23. A apuração de responsabilidade relacionada à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o ADJUDICATÁRIO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

32.24. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

32.25. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

32.26. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

32.27. A aplicação das sanções previstas neste EDITAL não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

32.28. O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de São José dos Campos mediante guia de recolhimento oficial.

### **33. DOS ANEXOS**

33.1. Fazem parte integrante e indissociável deste EDITAL, como se nele estivessem transcritos, os seguintes ANEXOS:

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO IA – Croquis Referenciais dos Relógios Digitais (RED's)
- ANEXO IB – Croquis Mobiliários Urbanos para Informação (MUPI's)
- ANEXO IC – Locais de instalação dos equipamentos
- ANEXO ID – Acordo de Nível de Serviço (ANS)
- ANEXO II – Modelo de Proposta
- ANEXO III – Declaração



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

- ANEXO IV – Dados para assinatura do Contrato
- ANEXO V – Minuta de Contrato
- ANEXO VI – Termo de Ciência e Notificação
- ANEXO VII - Glossário

33.2. O EDITAL e seus ANEXOS estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e divulgados no sítio eletrônico oficial ([www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br)) na mesma data de divulgação do EDITAL, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

#### **34. DA PUBLICIDADE**

34.1. A publicidade do EDITAL de LICITAÇÃO será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus ANEXOS no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo facultada, a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do EDITAL e de seus ANEXOS em sítio eletrônico oficial desta Prefeitura de São José dos Campos.

34.2. Sem prejuízo do disposto no item 31.1., o extrato do EDITAL será publicado no Diário do Município de São José dos Campos e em jornal de grande circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos, em jornal de grande circulação no âmbito estadual e/ou nacional.

34.2.1. Os julgamentos dos recursos e a homologação serão publicados no Diário Oficial do Município de São José dos Campos e, facultativamente, por meios eletrônicos.

34.3. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela LICITAÇÃO entender cabível, também no sítio referido no item 34.1.1., os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o EDITAL e seus ANEXOS.

#### **35. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

35.1. O Município de São José dos Campos no atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, sempre que aplicável, realiza o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

35.1.1. Nas hipóteses em que no exercício de suas competências seja necessário o tratamento de dados pessoais, serão fornecidas informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em ANEXO deste EDITAL.

35.1.2. Os itens expressos neste EDITAL que fazem referência aos direitos e princípios expressos na Lei nº 13.709/2018, não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

35.1.3. O PODER CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a.** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b.** O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do CONTRATO e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- c.** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, responsabilizando-se o CONCESSIONÁRIO por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento).
  - i.** Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados no CONTRATO, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
  - ii.** Eventualmente, as PARTES podem ajustar que o PODER CONCEDENTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta alínea;
- d.** Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com o PODER CONCEDENTE;
- e.** Encerrada a vigência do CONTRATO ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o CONCESSIONÁRIO interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o CONCESSIONÁRIO tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709/2018.

35.1.4. O CONCESSIONÁRIO dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do PODER CONCEDENTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

35.1.5. O eventual acesso, pelo CONCESSIONÁRIO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para o CONCESSIONÁRIO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente CONTRATO e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

35.1.6. O CONCESSIONÁRIO cooperará com o PODER CONCEDENTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

35.1.7. O CONCESSIONÁRIO deverá informar imediatamente o PODER CONCEDENTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do PODER CONCEDENTE ou conforme exigido pela Lei Federal n. 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

35.1.8. O Preposto do CONCESSIONÁRIO manterá contato formal com o Preposto do PODER CONCEDENTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

35.1.9. A critério do Preposto do PODER CONCEDENTE, o CONCESSIONÁRIO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto do CONTRATO, no tocante a dados pessoais.

35.1.10. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido no CONTRATO e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

## **36. DISPOSIÇÕES GERAIS**

36.1. A homologação do resultado desta LICITAÇÃO não implicará direito à contratação.

36.2. A aceitação da proposta vencedora pelo Município obriga o seu proponente à execução integral do objeto desta LICITAÇÃO, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

36.3. Pela elaboração e apresentação da proposta e Documentação, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

36.4. O LICITANTE vencedor da presente LICITAÇÃO fica obrigado a executar integralmente a prestação dos serviços, ora licitados.

36.5. Ao apresentar suas propostas, os LICITANTES concordam em assumir inteira responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

36.5.1. Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

36.5.2. O PODER CONCEDENTE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

36.5.3. O PODER CONCEDENTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONCESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONCESSIONÁRIO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

36.6. A simples apresentação das propostas pelas empresas implica aceitação tácita de todos os termos deste EDITAL e seus ANEXOS .

36.7. Em caso de divergência entre disposições deste EDITAL e de seus ANEXOS ou demais documentos que compõem o processo, prevalecerá as deste EDITAL.

36.8. As normas disciplinadoras da LICITAÇÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do PODER CONCEDENTE, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

36.9. A relações obrigacionais não previstas nas Cláusulas e nos itens do futuro Contrato poderão ser objeto de aditamento, mediante comum acordo entre as PARTES e desde que não infrinjam qualquer lei ou regulamento e não alterem o OBJETO da CONCESSÃO.

36.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

36.11. A CONCESSIONÁRIA é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da LICITAÇÃO e durante a vigência do CONTRATO.

36.12. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar, de qualquer LICITANTE, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e atendimento da Documentação ou Proposta apresentada.

36.14. O LICITANTE que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados ao PODER CONCEDENTE quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluído da presente LICITAÇÃO.

36.15. Todas as comunicações entre as PARTES, relativas ao CONTRATO, serão consideradas válidas quando realizadas por correio eletrônico, mediante comprovação de recebimento, ou por correspondência física enviada aos endereços indicados pelas PARTES no ato da assinatura do CONTRATO, cabendo manterem seus dados cadastrais atualizados mediante comunicação formal à outra PARTE.

36.16. Até que a eventual atualização seja formalmente comunicada, serão considerados válidos os endereços e contatos previamente informados.

36.17. A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos, será feita por portador, com protocolo de recebimento, ou por correspondência com aviso de Recebimento – AR ou mensagem eletrônica com registro de recebimento, devendo, em



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS**

qualquer dos casos, constar o número do CONTRATO, o assunto, a data de recebimento e o nome do remetente.

36.18. Se qualquer das disposições do CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.

36.19. O PODER CONCEDENTE poderá revogar a LICITAÇÃO por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, podendo também anulá-la, sem que caibam os LICITANTES o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

36.20. Não será permitida a execução dos serviços objeto licitado sem que o órgão competente do Município de São José dos Campos emita, previamente, a respectiva ORDEM DE SERVIÇO (O.S.).

36.21. Correrão por conta exclusiva do CONCESSIONÁRIO quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, ainda que criados em momento posterior a presente LICITAÇÃO.

36.22. Os casos omissos serão resolvidos pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, que deverá interpretar as regras previstas neste EDITAL e basear suas decisões segundo as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública Municipal;

36.23. O Município de São José dos Campos mantém um serviço sigiloso de denúncias de corrupção e atos considerados arbitrários ou ímprobos por parte de qualquer autoridade e servidor municipal, pelo telefone 55 (12) 3947-8246 ou e-mail: ouvidoria@sjc.sp.gov.br.

36.24. Para conhecimento público, expede-se o presente EDITAL, que é publicado conforme item 34 e afixado no endereço eletrônico: <https://www.sjc.sp.gov.br>.

### **37. DO FORO COMPETENTE**

37.1. Fica eleito o Foro de São José dos Campos/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação.

São José dos Campos, 30 de março de 2026.

José Nabuco Sobrinho  
Secretário de Gestão Administrativa e Finanças